



TCC/UNICAMP
V586m
IE

Consumo - Brasil



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CEDOC - IE - UNICAMP

Mudanças recentes no padrão de consumo das famílias brasileiras

Monografia elaborada pelo aluno Pedro Henrique Verges como exigência para graduação em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni.

Campinas, novembro de 2010

TCC/UNICAMP
V586m
1290005340/IE

2011003006

AGRADECIMENTOS

Depois de alguma reflexão sobre o conteúdo dos agradecimentos, acabei por decidir usar o simples. Portanto, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta ajudaram na elaboração dessa monografia, em especial ao professor Marcelo, que colaborou sobremaneira, com muita paciência e atenção, para transformar uma vaga idéia, um projeto, em uma monografia.

Agradeço também a todos os colegas, com quem discuti e aprendi muito, e que sempre estiveram presentes nos bons e maus momentos durante a graduação e tornaram Barão Geraldo e a Unicamp um lar. Em especial os moradores e agregados da república Bergão, com os quais convivi durante anos e se tornaram família.

Em especial também a todos os amigos de Itatiba, Campinas, Dinamarca e de todo lugar, que contribuíram para minha formação como economista e pessoa, em especial aos meus pais e família, que desde sempre me presentearam com muita liberdade e confiança para escolher meus caminhos. Achei por bem não utilizar muitos nomes, pois certamente cometeria muito mais injustiças do que as quais já cometi até agora.

Um grande abraço a todos,

Pedro.

*"Tudo quanto é velocidade
não será mais do que
passado, porque só aquilo
que demora nos inicia".*

-Rainer Maria Rilke

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1	8
Panorama econômico e social do Brasil na década atual	8
1.1 – Panorama econômico do Brasil pós estabilização (1994-2010).....	9
1.2 – Reestruturação do mercado de trabalho e expansão do crédito nos anos 2000	15
1.3 – Desigualdade de renda e mobilidade social: tendências recentes	19
CAPÍTULO 2	29
O Consumo na sociedade brasileira	29
2.1 – Formação das sociedades de consumo	29
2.2 – Sociedade de consumo no Brasil	33
2.3 – Padrões de consumo: mudanças verificadas no período 1974-2003 ...	39
CAPÍTULO 3	48
Mudanças recentes no padrão de consumo (2002/03 – 2008/09)	48
3.1 – Estrutura dos rendimentos e distribuição das famílias por classe de renda.....	48
3.2 – Estrutura do dispêndio total, tipos de despesas e distribuição por classe de renda.....	54
3.3 – Estrutura do consumo: composição e gasto médio por item	58
3.4 – Dificuldades de acesso ao consumo – aspectos subjetivos	63
CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIA.....	71

INTRODUÇÃO

A retomada do crescimento substantivo da economia é a grande novidade do século XXI para o Brasil. A taxa média de crescimento do PIB que nos anos 1990 havia sido de 1,65% a.a. em média, passa para 3,33% a.a. a partir do ano 2000, já inclusos os efeitos da crise mundial em 2008/09. Reflexo disso é a redução significativa dos índices de desemprego, aumento do consumo e vendas no varejo, crescimento da produção industrial, retomada dos investimentos.

“Há, porém, um ingrediente novo no crescimento brasileiro. Ao contrário do que aconteceu em 2004, quando o país cresceu 5,7%, principalmente em razão do salto nas exportações, o crescimento agora se deve à expansão do mercado interno. Houve um aumento relevante no consumo das famílias e nos investimentos empresariais. São dois indicadores essenciais. Os investimentos, que já haviam subido 10% em 2006, tiveram alta de 13,4% no ano passado. Os empresários, estimulados pelo aumento no volume de crédito para as empresas e pela queda dos juros, voltaram a investir na produção. A taxa de investimento chegou a 17,6% do PIB, o maior nível desde o início da atual série apurada pelo IBGE, em 1996. Ao mesmo tempo, o consumo das famílias cresceu 6,5%, puxado pelo aumento do emprego e da massa salarial. Também contribuíram para a elevação do consumo o crédito fácil, com prazos longos, e as políticas de transferência de renda do governo, como o Bolsa-Família. Foi o quarto ano consecutivo de alta no consumo das famílias.”¹

Além disso, temos um redirecionamento no papel do Estado como formulador de políticas econômicas e sociais, reduzindo os índices de desigualdade de renda e pobreza absoluta através de um aumento significativo do salário mínimo, de programas de transferência de renda e da criação de empregos, aumentando

¹ José Fucs - Época - 17/03/2008 - Por Que o Brasil Está em Alta
<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?2=43&1=32&sid=81&inford=3442>

significativamente a massa de consumidores nas classes de média renda, com a “classe C” aumentando em 26%, incluindo 32 milhões de pessoas, segundo Marcelo Neri (NERI, 2008), coordenador de pesquisas da FGV, além das classes A e B também terem aumentado e continuarem com expectativas de alta, vejamos outra declaração de Neri ao jornal Folha de São Paulo:

“O país deve ter pelo menos mais cinco anos de ascensão social, com a entrada de 9,4 milhões de brasileiros nas classes A/B até 2014 e outros 26,6 milhões na C, segundo a análise do economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Marcelo Neri.”²

Nesse estudo, partiremos da hipótese que, em decorrência da melhora no emprego formal, do salário mínimo e das políticas de transferência de renda, assim como do maior acesso ao crédito, houve uma expansão do consumo que significou uma melhoria das condições de vida das famílias brasileiras. Como instrumento, para verificar a veracidade dessa hipótese, utilizaremos principalmente a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A POF é uma pesquisa que visa revelar as fontes de rendimentos e o perfil dos gastos das famílias brasileiras, coletando e organizando dados segundo diversas classes de renda, permitindo uma análise detalhada da composição dos gastos das famílias³.

É importante notar que o foco recairá sobre os gastos das famílias, e principalmente sobre o consumo, que tem sido o grande motor da economia brasileira nos últimos anos, vejamos uma análise de Júlio de Almeida, analista do IEDI à revista Carta Capital em 2008:

“Taxas básicas de juro mais baixas, maior resistência aos ‘choques externos’ – em razão do volume muito maior de reservas internacionais – e base mais ampla de renda e emprego formal da população ensejaram um clima de confiança. As instituições

² 07/04/2010 - 09h44 - Ascensão social da população brasileira deve continuar, aponta FGV - <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u717334.shtml>

³ Para maiores informações sobre a POF acesse o site do IBGE, www.ibge.gov.br.

financeiras passaram a conceder financiamentos a prazos mais longos, notadamente para as pessoas físicas. A criação do crédito com desconto em folha foi uma inovação importante, mas não foi o único instrumento de ampliação do crédito e, na atual etapa, nem sequer o mais importante. A redução das taxas de financiamento foi, é verdade, possibilitada pela maior garantia dos créditos com desconto em folha e pela redução da taxa Selic iniciada em setembro de 2005 e que se estendeu até setembro de 2007. Mas a verdadeira alavanca do crédito foi a ampliação dos prazos do crédito pessoal, do financiamento ao consumidor e do crédito imobiliário. Para se ter idéia, o prazo médio dos financiamentos concedidos para as pessoas físicas passou de 331 dias, em meados de 2006, para 419 dias, em outubro de 2007, o que, para uma dada taxa de juro, por si só permite a redução de cerca de 20% da prestação de um financiamento.” (ALMEIDA, 2008)

Almeida deixa ainda mais evidente um dos fatores que permitiram essa expansão do consumo, o crédito. Esse foi um instrumento fundamental para que muitos consumidores, ainda que de classes mais baixas, fossem habilitados a entrarem no mercado consumidor.

Enfim, o objetivo do estudo é investigar as principais mudanças no padrão de consumo das famílias brasileiras e suas causas, dando sempre que possível uma atenção especial às famílias de menor renda, onde aparentemente ocorrem as maiores modificações no padrão, pois são as famílias mais afetadas pelos programas e melhorias identificados previamente através das notícias.

O estudo se estruturará em 4 capítulos, além da introdução. O primeiro capítulo dará um panorama geral da economia brasileira nos anos 2000, visando evidenciar as principais mudanças no cenário econômico brasileiro, como emprego, renda, desigualdade, consumo, entre outros. Sempre que necessário iremos regressar a década anterior para verificar essas mudanças.

A seguir, no segundo capítulo, faremos uma breve introdução ao tema consumo, como a sociedade de consumo se desenvolveu no país e em qual patamar de consumo o Brasil se encontra atualmente. Além disso, ainda no mesmo capítulo,

iremos retomar as pesquisas de orçamento familiar anteriores, desde a ENDEF de 1074/75 até a POF de 2002/03, evidenciando sempre as tendências de cada momento, e entendendo como elas se refletiram na estrutura de gastos familiares.

Em seguida, no terceiro capítulo, analisaremos as mudanças recentes no padrão de consumo da família brasileira com base nos dados da última POF, realizada em 2008/09 e da anterior, realizada em 2002/03, para verificar o impacto da retomada do crescimento e das políticas levadas a cabo nos últimos anos sobre o consumo e renda das famílias.

No último capítulo, onde apresentaremos as conclusões do estudo, iremos retomar os principais temas tratados durante o trabalho, analisando como a retomada do desenvolvimento econômico e social do Brasil impacta sobre o padrão de consumo das famílias e sobre a estrutura social brasileira, levando em conta suas especificidades. Também analisaremos se há (ou não) a tendência de convergência dos padrões de consumo entre as classes de renda nos últimos anos, tentando verificar se existe realmente uma melhora nas condições de vida da população em geral.

CAPÍTULO 1

Panorama econômico e social do Brasil na década atual

A partir de meados da década de 1990, a economia brasileira finalmente consegue a estabilidade monetária. Com a adoção do Plano Real as taxas de inflação caem bruscamente, estabilizando os preços e dando início a uma nova fase da economia brasileira.

Entretanto, o plano também carrega com ele uma série de desequilíbrios macroeconômicos, como veremos adiante. Desequilíbrios que acabam por minar a capacidade de crescimento econômico do país, além de agravar a desestruturação do mercado de trabalho, apesar de criar a estabilidade monetária, tão cara a economia brasileira nas décadas anteriores.

Recuperação que a economia começa a ensaiar apenas a partir dos anos 2000, principalmente a partir de 2003, quando os efeitos da transição presidencial são mitigados e começamos a redirecionar o papel do Estado em direção ao fomento do desenvolvimento econômico.

Nos anos 2000, temos a melhora de quase todos os indicadores econômicos, com a taxa de crescimento dobrando na média, melhora substancial dos saldos comerciais, queda significativa dos juros e da dívida pública, melhora no emprego e no rendimento médio dos trabalhadores, assim como aumento do salário mínimo, queda da desigualdade e da pobreza absoluta.

Tudo isso fruto de uma nova política do Estado e de um cenário internacional favorável, que permitiu um crescimento mais estável até o ano de 2008, quando somos afetados pela crise de crédito, originada nos Estados Unidos, que apesar de afetar fortemente o país, não derruba a economia como em eventos anteriores, que já em 2009 apresenta sinais de recuperação.

Enfim, na primeira seção desse capítulo, iremos estudar o comportamento da economia brasileira nas décadas de 1990 e 2000, buscando retomar os principais indicadores macroeconômicos e as principais políticas que possibilitam a

retomada do crescimento. Na seção seguinte, daremos uma atenção especial para indicadores do mercado de trabalho, como salário mínimo e taxa de desemprego, e também para indicadores de crédito e vendas, especialmente após 2002, verificando como essas variáveis têm influência sobre o consumo.

Além disso, na terceira seção, iremos estudar como se modifica a estrutura social nos últimos anos, com a melhora nos índices de Gini, com a ascensão social de uma parcela significativa da população, com a redução das classes de mais baixa renda e aumento da “classe média”, principais responsáveis pelo aumento do consumo, que acaba se tornando um dos principais motores do crescimento do país, especialmente no combate à crise internacional.

1.1 – Panorama econômico do Brasil pós estabilização (1994-2010)

A década de 1990 é marcada por uma série de reformas liberalizantes, alterando profundamente o papel do Estado, considerado ineficiente, e também pela realização do Plano Real, que finalmente consegue a estabilidade nos preços, entretanto causando um grande desequilíbrio macroeconômico. É importante notar que nesse período há a volta dos fluxos internacionais de capital para a periferia, fator que permitiu a realização do projeto liberal.

O objetivo dessas reformas e aberturas era inserir o Brasil na economia global segundo os marcos da ordem neoliberal, verificou-se, desta maneira, mudanças de caráter patrimoniais e administrativas no Estado brasileiro. Houve a privatização de um número expressivo de empresas estatais, diminuindo o peso do setor público na economia. Por sua vez estas empresas foram adquiridas, em sua maioria, por transnacionais, elevando o grau de desnacionalização da economia brasileira. Podendo-se verificar que tanto a reforma administrativa quanto as privatizações causam um impacto negativo sobre o emprego e renda.

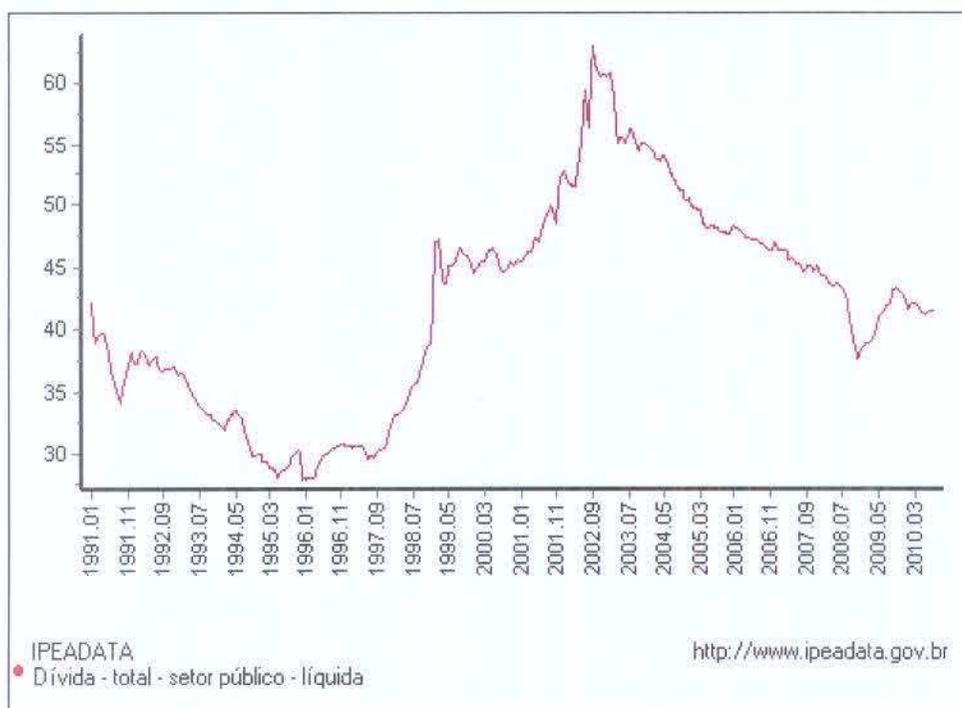
Por sua vez, a abertura comercial, ao impor restrições econômicas severas, também contribuiu para o desajuste do setor público. O aumento da concorrência empresarial justamente num momento em que boa parte das empresas nacionais não estava preparada ocasionou a estagnação do setor produtivo e contribuiu ainda mais para o aumento da taxa de desemprego. Para o setor público este fato

representou uma queda na arrecadação de impostos, justamente após a expansão dos direitos sociais através da Constituição de 88.

No mesmo sentido, o plano de estabilização dos preços (Plano Real), ao ter como estratégia a entrada de capitais estrangeiros com o objetivo de fixar a âncora cambial em patamares sensivelmente apreciados, aumentou a vulnerabilidade das empresas internacionais e determinou que os juros ficassem em níveis elevados, desestimulando o investimento e o crescimento econômico.

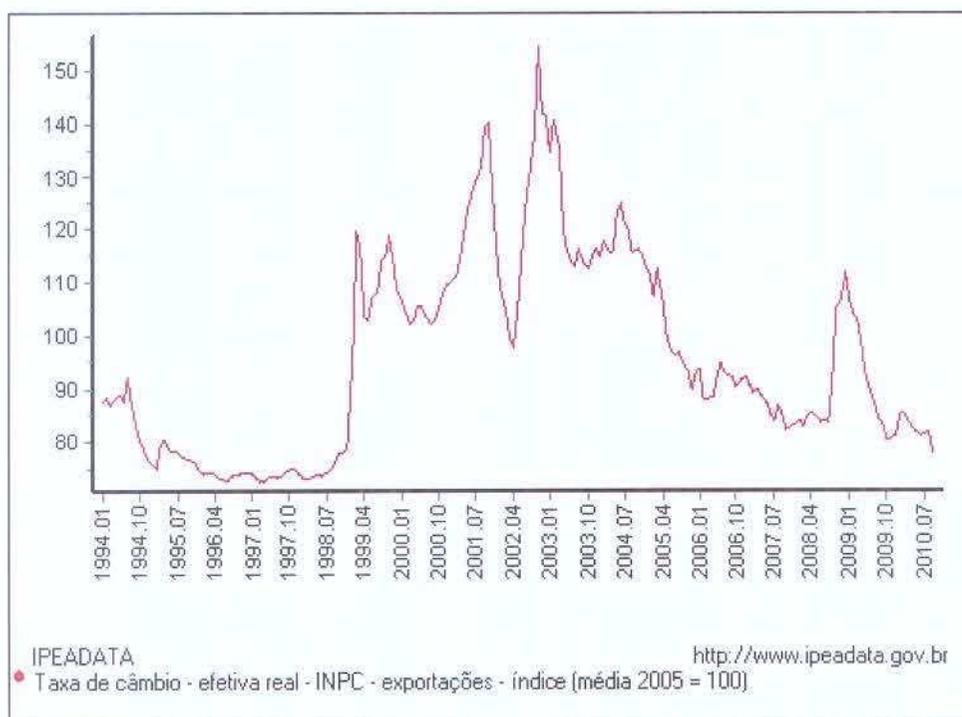
Não obstante, a abertura financeira, os juros elevados e o aumento do passivo externo tiveram forte impacto sobre as contas públicas. A forte entrada de capitais, principalmente durante a implementação do Plano Real, teve que ser esterilizada pelo Banco Central através da emissão de títulos públicos, o que gerou, novamente, uma colagem da dívida externa com a dívida interna, justamente quando os juros reais estavam elevados. O aumento da dívida externa e interna representou uma expansão considerável das despesas do setor público com juros e amortizações, contribuindo cada vez mais para os desajustes macroeconômicos do período. Vejamos no gráfico 1.1 a proporção da dívida pública interna em relação ao PIB a partir da década de 1990:

Gráfico 1.1 – Dívida total do setor público (% do PIB) – Brasil (1991-2010)



O aprofundamento do desajuste macroeconômico somado ao enxugamento da liquidez internacional alguns anos mais tarde, dadas as sucessivas crises cambiais (como a Asiática e a Russa), aumentaram o grau de incerteza e de desconfiança quanto à capacidade de solvência da economia brasileira, basta observar a escalada da dívida líquida do setor público, chegando a patamares acima de 60% em 2002, quando ocorre a eleição do presidente Lula. A significativa saída de capitais determinou o estrangulamento das contas externas levando o país, novamente, a uma forte crise cambial. A partir de 99, o Banco Central deixou o câmbio flutuar, o que representou uma profunda depreciação da moeda, com impactos inflacionários.

Gráfico 1.2 – Taxa de câmbio - efetiva real – Brasil (1994-2010)



O Brasil, por sua vez teve que ser socorrido novamente por agências multilaterais como a Banco Mundial e o FMI, cujos empréstimos condicionados fizeram com que o Brasil mudasse a o escopo de política econômica. A partir de então, estabeleceram-se políticas de metas de inflação, através da qual a política monetária ficaria a disposição da estabilização dos preços, a qualquer custo.

O setor público, por sua vez, foi forçado a gerar superávits primários, cortando ainda mais gastos com investimentos e gastos correntes, claramente esta nova

política econômica teve impacto negativo para a econômica brasileira. O câmbio volátil aumentou o grau de incerteza em relação aos preços de longo prazo, desestimulando os investimentos. Estes também foram desestimulados devidos às altas taxas de juros, e falta de crédito. O aumento da poupança do setor público para o pagamento da dívida pública fez cair o gasto em infra-estrutura, diminuindo os investimentos das estatais.

O crescimento do PIB passou a ser, conforme Carneiro em “Supremacia dos Mercados”, instável e volátil, do tipo “*stop and go*”. Ademais, a taxa média de crescimento do PIB ficou em patamares insignificantes, com uma média de 1,65% ao ano durante toda década de 1990, aliado a isso temos uma intensa desestruturação do mercado de trabalho, com aumento dos trabalhadores por “conta própria” e da informalidade.

Conclui-se, portanto, que a política econômica colocada em prática a partir do Plano Real, apesar de ter sido essencial na estabilização dos preços, teve drásticas conseqüências macroeconômicas, levando o país a uma profunda crise cambial e no mercado de trabalho. Ademais, a política econômica a partir de 1999 não foi capaz de levar a econômica brasileira a um crescimento contínuo, significativo e sustentável.

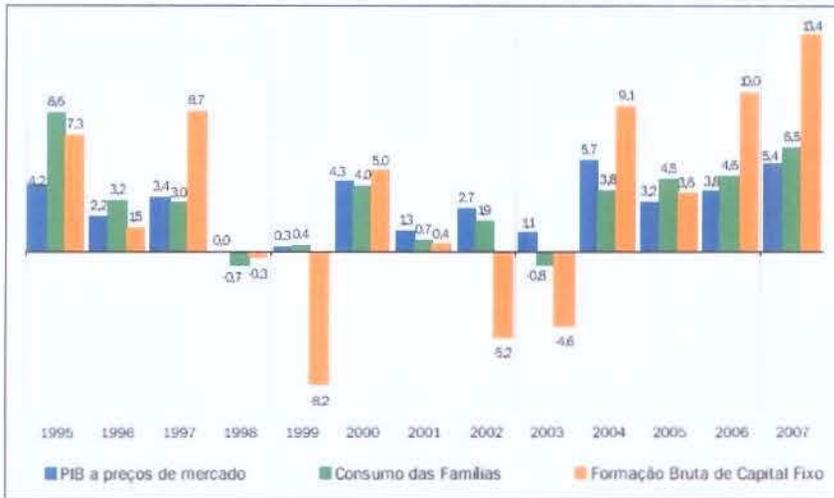
O gráfico 1.3, nos mostra como se comportam três importantes variáveis econômicas em três períodos com políticas econômicas distintas, possibilitando uma boa visualização dos diferentes momentos. Primeiramente, entre 1995 e 1998, temos um crescimento do PIB irregular e uma retomada do consumo das famílias, devido à estabilização dos preços.

O crescimento irregular do PIB se mantém no segundo período, entre 1998 e 2002, entretanto o consumo já não melhora na mesma magnitude, fruto desse crescimento baixo e irregular.

Já o terceiro período, após 2002 é o que apresenta melhores indicadores, com aumento de todos os índices, numa alta que é sustentada através dos anos. Podemos ver a excelente performance da formação bruta de capital fixo, ainda mais se comparado com os anos anteriores. Também há um expressivo aumento

do consumo das famílias, indicando a retomada da renda das famílias e da melhora no mercado de crédito.

Gráfico 1.3 – Indicadores selecionados - Brasil – 1995-2007 – Variação (%)



Fonte: IBGE – Contas nacionais (Referência 2000) – Elaboração Grupo de conjuntura Fundap

Como vimos, a partir de 2003, passada a crise cambial deflagrada pela eleição de Lula à presidência da república é possível observar uma melhora no horizonte de crescimento e também algumas mudanças na política que permitiram um crescimento do crédito, investimento, consumo e conseqüentemente do emprego nos anos seguintes. Entre os fatores que contribuíram para essa retomada do crescimento estão o excelente desempenho do setor externo brasileiro, aumento real do salário mínimo, expansão do crédito e retomada do papel de investidor pelo Estado, fatores que são essenciais para compreender como evolui o padrão de consumo e qualidade de vida das famílias no Brasil nesse período. Vejamos um trecho de Baltar *et al.* (2009) :

“É possível destacar importantes elementos de continuidade na política macroeconômica brasileira, entre o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula, embora também existam diferenças importantes como, por exemplo, a perda de ímpeto do processo de privatização de empresas estatais e o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como elemento importante de continuidade, destacam-se as políticas de metas de

inflação e de câmbio flexível – adotadas pelo Banco Central após a desvalorização do Real em janeiro de 1999 – e a de superávit primário, implementada pelo Ministério da Fazenda.” (BALTAR et al., 2009, p.4)

A partir de então, podemos notar uma melhora nos indicadores econômicos citados, com a lenta, porém contínua redução da dívida pública, que havia dobrado seu peso em relação ao PIB na década anterior. Ainda que seu montante não tenha voltado a seu patamar pré Plano Real, temos a retomada da tendência de baixa, sinalizando um melhor horizonte para a dívida.

Ajudando muito nesse processo temos, também, a desvalorização do Real após 1999, que devolve uma maior competitividade aos produtos brasileiros no mercado internacional, impulsionados por uma economia global aquecida e relativamente estabilizada, temos uma melhora importante na balança comercial, que permite pela primeira vez, desde 1994, termos um saldo positivo e sustentado em transações correntes, pelo menos até o ano de 2007. Vejamos a análise desse último período por Luis Fernando Novais, em seu artigo pela Fundap, Fundação do Desenvolvimento Administrativo:

“O terceiro período, entre 2003 e 2007, é caracterizado pelo aprofundamento da política econômica do período anterior, baseada na busca de três fundamentos básicos, quais sejam: (i) a obtenção de superávit primário nas contas públicas, que dê sustentação a uma trajetória descendente da dívida pública; (ii) a manutenção do câmbio flutuante com o viés, em 2007, de intervenção do Banco Central na compra crescente de reversas internacionais; e (iii) o cumprimento da meta de inflação por meio do uso da política monetária, guiada pela expectativa do mercado ante a elevação futura dos preços ao consumidor e pela medida do hiato do produto.” (NOVAIS, 2009, p.143)

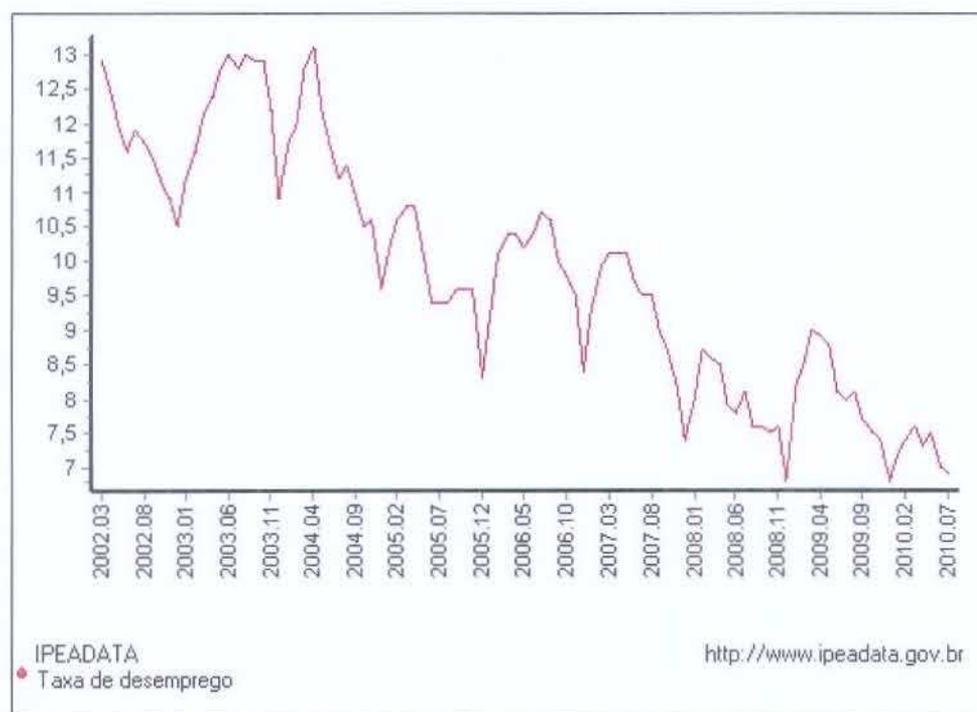
Portanto, essa nova política, com a reorientação do papel do Estado, somado a um cenário externo favorável, retomada dos investimentos, alargamento do crédito, aumento do consumo, leva a uma melhora expressiva nos indicadores econômicos e sociais do país, como veremos nas seções a seguir.

1.2 – Reestruturação do mercado de trabalho e expansão do crédito nos anos 2000

A partir de agora iremos selecionar alguns indicadores visando verificar a tendência de melhora nas condições de trabalho e rendimentos, além de verificar o comportamento de alguns aspectos do crédito e vendas nos anos 2000.

O emprego nas regiões metropolitanas⁴ é um indicador que apresenta melhora significativa a partir de 2003/2004, sendo que estava em patamares próximos a 13% em 2002 e chega a menos de 7% antes da crise mundial do “*sub-prime*”, sofrendo uma alta com a crise, mas voltando a patamares semelhantes ao de 2008 já em 2010:

Gráfico 1.4 – Taxa de desemprego - Brasil (PME – 2002-2010)



Essa melhora nos índices de desemprego é também acompanhada por uma melhora na formalização do trabalho e redução dos trabalhadores por conta própria, promovendo alguma reorganização no mercado de trabalho que havia se desestruturado ao longo das últimas duas décadas, trazendo assim mais segurança e rendimentos para o trabalhador e ainda estimulando a economia:

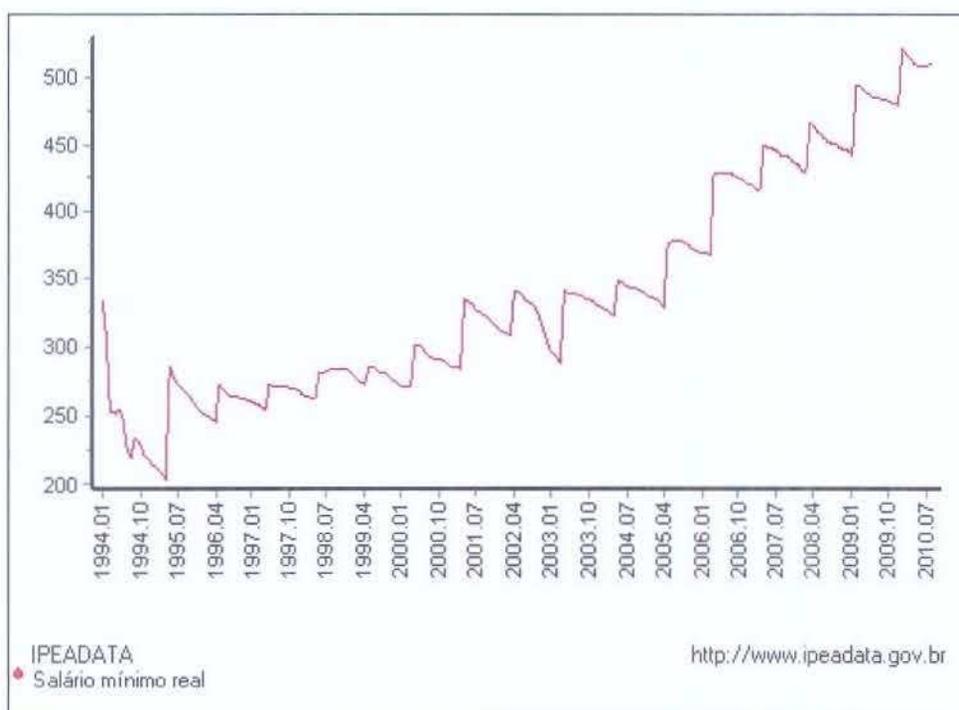
⁴ Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

“O maior formalização do mercado de trabalho é uma das arestas para a sustentabilidade do crescimento econômico brasileiro. ‘O emprego formal dá mais segurança tanto para o trabalhador tomar crédito quanto para quem o financia. E isso acaba aumentando o consumo’, diz Júlio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Na conjuntura de expansão atual, boa parcela de consumo vem da classe de mais baixa renda, que teve seus rendimentos elevados e viu crescer as oportunidades de financiamento para adquirir seus bens. ‘Com a carteira assinada, o trabalhador se sente mais protegido, pois a empresa pensa pelos menos umas três vezes antes de demitir, dados os custos elevados’.”

(CAVALCANTI, 2008)

Outro indicador que apresenta uma importante melhora é o valor real do salário mínimo, que praticamente dobra no período 2002/2010, como podemos observar no gráfico 1.5:

Gráfico 1.5 – Salário mínimo real - Brasil (1994-2010)



Com o aumento do emprego e do salário mínimo, a massa salarial também é ampliada significativamente, aumentando assim o volume de recursos disponíveis para os consumidores. Essa melhora é refletida quase que imediatamente na confiança do consumidor, segundo o ICC (Índice de Confiança do Consumidor) elaborado pela FGV, que subiu mais de 60% desde o início da década.

“Uma conclusão importante é que nessa década há uma maior convergência entre os desempenhos do PIB e da ocupação, o que sugere que o crescimento econômico vem potencializando a reconstituição do segmento do trabalho assalariado formal, com resultados positivos para o financiamento da previdência social e para o fortalecimento do mercado consumidor. O grande dinamismo do mercado interno que impulsionou o crescimento do PIB para um nível superior a 5% em 2007 já pode ser considerado uma demonstração do efeito positivo dessa maior convergência.”(IEDI, 2010)

Como podemos ver pelas diversas análises e gráficos, temos uma série de melhorias nas condições do trabalhador, com aumento do salário, maior formalização, redução do desemprego, aumento da confiança do consumidor.

Associada a essa intensa melhoria no mercado de trabalho e nos rendimentos temos, ainda, um aumento expressivo da disponibilidade de crédito a partir de 2003, elevando assim fortemente o consumo. Segundo os analistas, esse foi o principal motor do crescimento do Brasil e, ainda mais durante a crise, foi o que “segurou” a economia brasileira. Vemos a seguir dois gráficos que mostram com clareza a evolução do crédito e das vendas no varejo, mostrando como as políticas tiveram influência direta na vida do consumidor:

Gráfico 1.6 – Volume de crédito a pessoa física - Brasil (1994-2010)
(milhões de R\$)

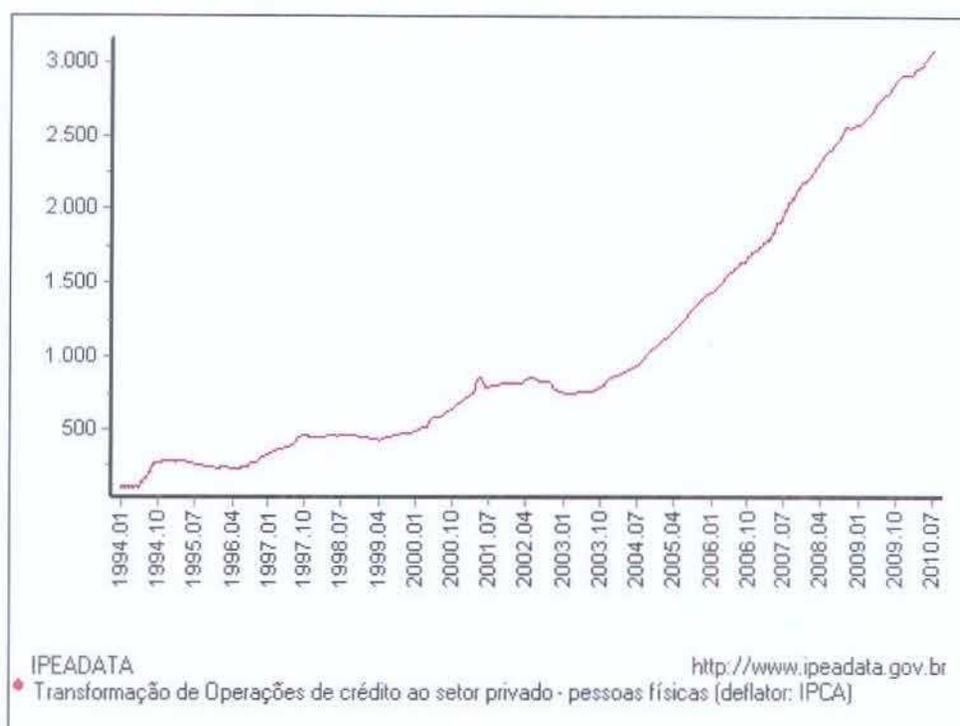
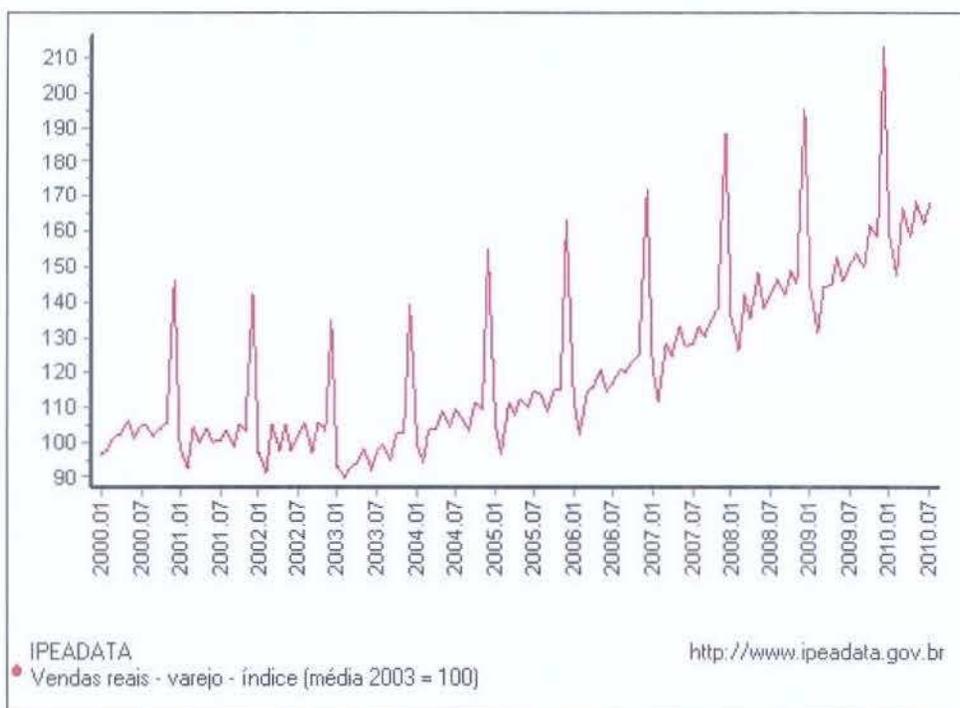


Gráfico 1.7 – Vendas reais no varejo - Brasil (2000-2010)



De fato, podemos notar que a retomada do crescimento, associado à políticas de alargamento da base salarial e programas sociais de distribuição de renda

mudanças significativas nos indicadores selecionados, mas ainda nos resta perguntar qual foi a magnitude dessas mudanças, quantas famílias e onde foram afetadas por essa melhora. Esses questionamentos nos levam a um dos temas com maior discussão no Brasil, a desigualdade.

1.3 – Desigualdade de renda e mobilidade social: tendências recentes

É praticamente consenso entre os estudiosos que os níveis de desigualdade, tanto entre classes como regiões, têm configurado um dos principais problemas para o desenvolvimento econômico e social do país. Os impactos dessa desigualdade podem ser facilmente observados através de reflexos sociais como os índices de criminalidade, rebaixamento de salários, altos níveis de analfabetismo funcional e outros indicadores sociais.

Existem diversas teses e opiniões sobre a evolução da desigualdade no país, uma opinião que parece ser comum a muitos pesquisadores, e até mesmo os índices apontam, é uma relativa redução da desigualdade, a partir daí há algumas divergências quanto à magnitude dessa melhora.

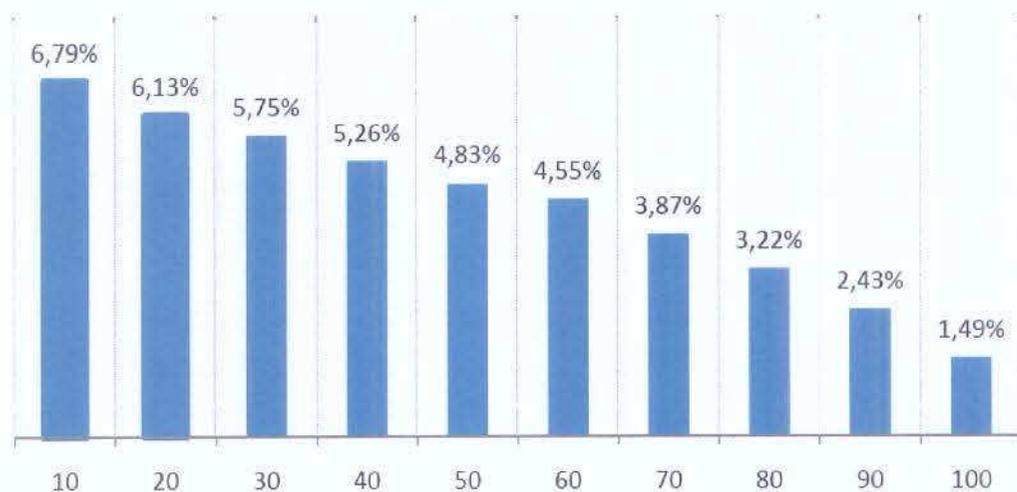
Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), acredita que a redução da desigualdade ocorrida na década dos anos 2000 é comparável, inversamente, ao aumento da desigualdade ocorrido na década de 60, quando o Brasil foi incluído “no imaginário internacional como a terra da iniquidade inercial”, ou seja, as melhoras ocorridas durante a última década estão em um patamar histórico. Entretanto o autor reconhece que os índices ainda são muito altos, afinal o Brasil ainda é o 10º pior país em iniquidade de renda no mundo, mas já foi o 3º, alega o autor.

“O ano de 2009 se apresenta como a melhor síntese do acontecido com os principais indicadores sociais agregados ao longo desta década. Em primeiro lugar, o crescimento da renda per capita de 2,26% é o mais próximo da média dos últimos sete anos (2,5% ao ano). A miséria enquanto insuficiência da renda cai 5,59% em 2007 contra 6,7% ao ano do período, mais uma vez, o ano isolado mais próximo da média da década (6,72% ao ano). Finalmente, como vimos, o ritmo de queda de

desigualdade medida pelo índice de Gini de renda per capita também é o mais próximo da média da década, cerca de 10% acima desta – que é uma marca atípica.” (NERI, 2008, p.5)

Como podemos observar, o autor é bastante otimista quando analisa os resultados dos índices, ele até rotula a primeira década dos anos 2000 como a “década da redução da desigualdade”. Um dado interessante para qual Neri chama a atenção, é a variação da renda *per capita* média por décimos da renda no período 2001 a 2009. Como podemos ver no gráfico 1.8, a renda nas classes mais baixas se expande a um ritmo muito maior que nas classes altas, atingindo um patamar de 6,79% ao ano, ao passo que os mais ricos expandem sua renda a um ritmo de 1,49% ao ano no período selecionado (2001-2009).⁵

Gráfico 1.8 – Variação média anual da renda *per capita* média por decil da renda – Brasil (2001-2009)



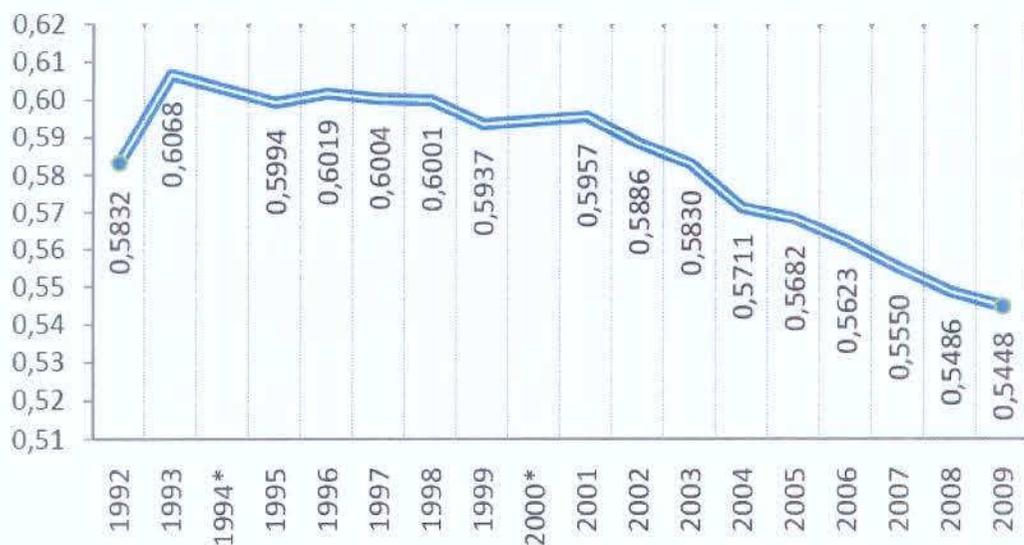
Fonte: CPS/FGV – a partir de microdados da PNAD

Isso se reflete numa clara redução da desigualdade, como podemos ver no gráfico 1.9, que nos mostra a evolução do índice de Gini para o Brasil desde o início da década de 90, quando atinge seu pico no ano de 1993, com o valor de 0,6068. Após esse período ele vem caindo sistematicamente, e com mais consistência a partir de 2001, atingindo seu menor valor em 2009, chegando a 0,5448⁶.

⁵ Neri (2010) p.10

⁶ Idem, p.11

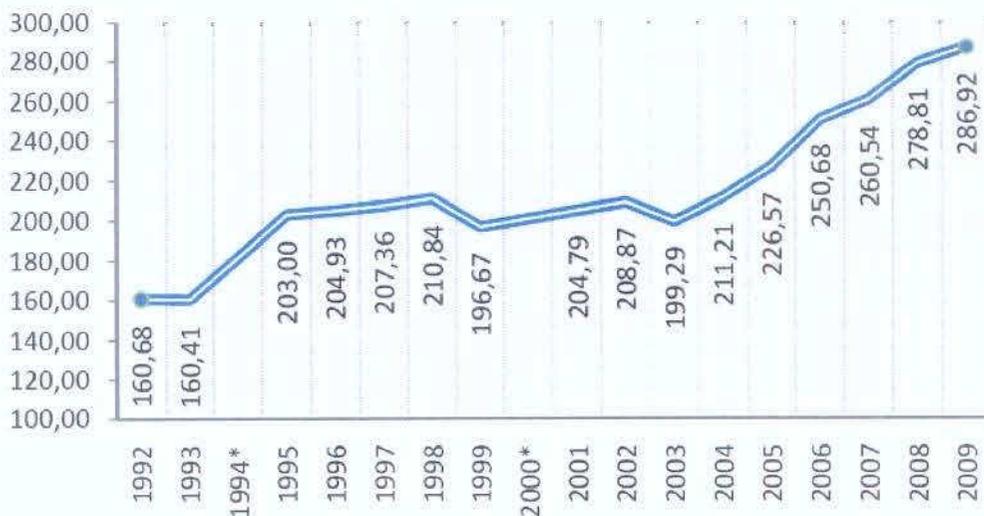
Gráfico 1.9 - Índice Gini – Brasil (1992-2009)



Fonte: NERI (2010) / * Valor não disponível

Outro dado interessante, que complementa o índice de Gini, é a “Medida de Bem-Estar de Sen”, um medidor simples proposto por Amartya Sen, prêmio Nobel em Economia, onde multiplicamos a renda média por um menos o índice de Gini ($RM \cdot (1 - Gini)$), com isso temos o “bem-estar” dessa sociedade, ou seja uma medida de renda ponderada pela desigualdade, vejamos como evoluiu esse índice a partir de 1992 a 2009:

Gráfico 1.10 – Evolução do “Bem Estar” de Sen (R\$) - Brasil (1992-2009)



Fonte: NERI (2010) / * Valor não disponível

Aqui é possível ver com ainda mais clareza o impacto da diminuição da desigualdade somada às políticas de melhora do salário mínimo e retomada do emprego. A partir de 1994, com o Plano Real, o “bem estar” melhora significativamente devido à melhora dos salários, que antes eram corroídos pela inflação. Após o ganho inicial, o “bem estar permanece praticamente no mesmo patamar durante alguns anos, voltando a apresentar ganhos significativos a partir de 2003, com a volta das políticas sociais e do crescimento econômico e do emprego.

Marcelo Neri ainda chama atenção para alguns fatores específicos que contribuíram para uma melhora nos índices de bem-estar, como políticas de renda, ajuste do salário mínimo, Bolsa Família, recortes na criação de trabalho formal, redução de postos informais. Entretanto, segundo Marcelo Néri, há também indicadores negativos, como a redução da escolarização de jovens entre 18 e 24, em plena realização do ProUni, o que pode agravar o problema do mercado de trabalho no futuro (NERI, 2008).

O autor continua sua argumentação usando índices de redução de pobreza e pobreza absoluta para sustentar sua tese de que a classe média está maior do que nunca, e atingindo patamares internacionais. Para isso, além da queda dos índices de pobreza ele utiliza dados sobre consumo de bens duráveis, que vêm atingindo patamares históricos na economia brasileira.

Ainda que o autor seja otimista, e suas opiniões sejam corroboradas pelos indicadores selecionados, acreditamos que apesar das melhoras já alcançadas ainda falta muito para que a sociedade atinja patamares razoáveis de redução de pobreza, acesso a bens e serviços essenciais e um padrão de consumo comparável a sociedades mais desenvolvidas, com uma classe média mais numerosa e com maior poder de compra, como veremos com Quadros, pesquisador da Unicamp, mais adiante.

Entretanto, como vemos pelos dados da PNAD/IBGE, na tabela elaborada a partir de Neri (2010), temos uma expressiva redução nas classes de baixa renda, com 22 milhões de pessoas saindo das classes D e E, ascendendo para as classes superiores, sendo a classe C, considerada classe média, a que ganha mais integrantes, com mais de 29 milhões de pessoas ingressando, demonstrando um importante retorno da mobilidade social no Brasil.

Tabela 1.1: Mudanças na estrutura social - Brasil (2001-2009)

	2009	2001	Varição
Total	188.194.383	175.397.970	
Classe E	28.838.732	49.319.801	-20.481.069
Classe D	44.453.034	46.884.477	-2.431.443
Classe C	94.934.828	65.871.283	29.063.545
Classe B	10.369.023	6.977.329	3.391.694
Classe A	9.598.716	6.345.080	3.253.636

Fonte: Neri, 2010

Além disso, as classes AB foram as que mais cresceram em termos relativos, com um aumento de 39,6%, incluindo 6,6 milhões de pessoas, atingindo a marca de 20 milhões de integrantes. Seguindo no estudo, Neri atenta para o novo poder econômico que emerge dessa classe média (classe C) cada vez numerosa, uma vez que em 2009 ela concentrava 46,24% do poder de compra dos brasileiros, contra 44,12% das classes AB.⁷

É nesse sentido que caminha o estudo de Soares (2008), que compara a evolução dos índices de Gini no Brasil com índices de outros países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que promoveram, no passado, processos de desenvolvimento social que se assemelham ao brasileiro. Ele observa que tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, as taxas de queda do Gini foram inferiores às apresentadas no Brasil a partir de 2001, entretanto o mais importante é que o ritmo de queda é mantido por um longo período nesses países, durante todo o processo de criação do Estado de Bem-Estar, por exemplo,

⁷ Neri (2010) p. 12

na Inglaterra onde o processo durou por 61 anos, entre a máxima e a mínima do Gini.

O autor prossegue na investigação dos índices de Gini pelos países, sempre chegando à mesma conclusão: mais importante que o ritmo de queda da desigualdade é sua persistência durante o tempo e, segundo o autor, é esse o desafio que se apresenta ao Brasil, manter taxas adequadas de redução da pobreza ao longo das próximas décadas.

Para isso é necessária a sustentação do crescimento econômico e do emprego, juntamente com políticas de valorização do salário mínimo e ainda inclusão social. É preciso manter esse ritmo de crescimento mais acelerado e ainda distribuir a renda por um período mais longo.

Enfim, se mantido esse ritmo de queda na desigualdade podemos atingir padrões semelhantes a países altamente desenvolvidos, como Canadá. Sendo assim, no entendimento de Soares, podemos estar à beira de uma “revolução no nosso padrão civilizatório”, entretanto o autor mantém as ressalvas e diz que ainda é cedo para se comemorar e que o efeito tem que se manter por um longo período, afinal mudanças em um Estado democrático de direito são lentas.

Todavia, apesar da melhoria observada, ainda temos grandes problemas relativos à estrutura social existente no Brasil, uma estrutura ainda muito desigual e pouco dinâmica, como observa Waldir Quadros. Vejamos a distribuição das famílias por estrato social retirada de sua pesquisa:

Tabela 1.2 – Estratificação familiar da população – Brasil (1990-2007)

Estratificação familiar da população - Brasil
Metodologia: membro melhor remunerado

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Indigentes
1990	8,6	12,3	30,5	22,5	24,6	1,5
1992	5,9	11,0	28,2	27,5	25,7	1,8
1993	6,6	10,3	27,0	26,1	28,1	1,9
1995	9,3	12,5	30,3	26,6	19,3	2,1
1996	10,0	12,5	31,7	23,0	20,5	2,3
1997	8,6	13,6	29,0	24,4	21,9	2,4
1998	8,6	13,8	29,4	24,6	21,2	2,4
1999	8,0	11,6	31,5	25,6	20,8	2,5
2001	7,9	11,5	30,0	27,1	20,7	2,8
2002	7,2	11,0	29,6	28,4	21,5	2,3
2003	6,8	9,7	30,3	28,4	22,4	2,4
2004	6,4	10,3	29,4	30,7	21,1	2,0
2005	7,0	11,1	33,2	36,7	10,1	1,9
2006	7,8	11,9	34,7	34,4	9,6	1,7
2007	8,2	13,0	36,0	32,6	8,3	1,8

Fonte: PNAD/IBGE.

De forma geral, podemos notar uma “estagnação” das classes de mais alta renda, com alguns movimentos descendentes, mas que se recuperam durante os anos 2000, tendo uma movimentação muito mais suave do que nas classes inferiores de renda. À primeira vista, o que pode parecer uma estabilidade, esconde uma forte resistência da sociedade à mobilidade social, mobilidade essa que sempre foi característica à sociedade brasileira contemporânea:

“Em poucas palavras, expressa um preocupante processo de estreitamento dos canais de ascensão social, inédito na história contemporânea brasileira. Na verdade, funciona como uma barreira à mobilidade ascendente, que torna muito difícil ir além da (sofrida) baixa classe média. Seguramente, este desempenho tem um efeito fortemente corrosivo nas estruturas sociais, instalando e exacerbando, entre outras patologias, o mais completo ‘vale tudo’ na luta por um lugar ao sol. E toda a plêiade de deformações daí decorrentes...”
(QUADROS, 2008a, p:7)

Com isso há o surgimento de algumas anomalias sociais, como a briga a todo custo para ascender socialmente, a competição predatória no mercado de

trabalho, a perda de freios morais visando à ampliação do poder econômico – é o que o autor intitula de “pororoca social”.

Durante as últimas décadas temos um processo de perda de espaço da baixa classe média, que se inicia nos anos 1980 e segue até o ano de 1993, quando esse estrato atinge seu menor patamar, 27%, sofrendo algumas variações até o final da década. Porém, a partir dos anos 2000 temos a recuperação para patamares similares a meados da década de 80, cerca de 36%.

Quadros ainda chama a atenção para o movimento conjunto dessa classe com as de renda superior, que se mantém estagnadas, ao passo que a baixa classe média se recupera, o que, para o autor, pode significar um processo de “rebaixamento social”⁸ até o ano de 2005, quando as classes se recuperam conjuntamente, retomando o processo de mobilidade social ascendente. Esse processo é certamente influenciado pelas mais altas taxas de crescimento do PIB após 2004, que permite a criação de muitos novos postos de trabalho, principalmente nas faixas de menor remuneração, devido à defasada estrutura produtiva nacional.

O autor relata que algumas pesquisas e notícias têm apontado para uma melhoria mais significativa dessas classes, pois utilizariam outra metodologia, considerando o consumo de bens duráveis como variável chave, mas Quadros minimiza os resultados dessas pesquisas, pois acredita que essa expansão do consumo seja impulsionada principalmente pelo aumento do crédito pessoal, e não pelo aumento da renda em si, mas com ressalvas:

“É importante registrar que estas observações não pretendem diminuir o significado deste forte aumento do consumo nas condições de vida das pessoas e famílias. Ao contrário, trata-se apenas de uma opção metodológica: entendemos que a renda declarada reflete as condições estruturais melhor do que a capacidade de consumo, mais sujeita ao fenômeno de ‘bolhas’ que não se sustentam a longo prazo.”
(QUADROS, 2008a, p.9)

⁸ Quadros, 2008a p.8

Descendo para a classe abaixo, a massa trabalhadora, notamos um aumento significativo da sua participação ao longo das duas décadas, subindo sua participação de 22,5% em 1990 para 32,6% em 2007, acrescentando mais de 10 pontos percentuais na sua participação. Mais uma vez, atribuímos esse recrudescimento da massa trabalhadora ao desempenho desfavorável da economia brasileira aos setores de maior intensidade tecnológica, concentrando a criação de empregos nos setores com menor qualificação e, portanto, pior remuneração.

Já nos miseráveis, vemos uma forte redução no ano de 1995, caindo 8,8 pontos percentuais logo após a implementação do Plano Real, e uma posterior estabilidade até o ano de 2004, quando sofre novamente uma forte redução, passando de 21,1% para 10,1% em apenas um ano. O período compreendido entre 1995 e 2004 mostra as *“limitações das políticas sociais focalizadas de distribuição de renda, e mesmo da recuperação real do salário mínimo, num quadro de baixo crescimento econômico”*⁹.

Outra forte redução na participação dos miseráveis pode ser notada em 2005, quando essa camada passa de 21,1% para 10,1% da população, tendo sua participação reduzida pela metade! Essa tendência segue nos anos seguintes, provavelmente fruto de maiores taxas de crescimento da economia e manutenção de ganhos do salário mínimo.

Devido a essas mudanças na estrutura social um enorme contingente de famílias conquistam a ascensão social. Somente entre os anos de 2003 e 2007, mais de 27 milhões de brasileiros saem das classes *“miseráveis”* e *“indigentes”*, passando para camadas superiores, o que corresponde a 14,7% da população do país. No mesmo período a classe que mais ganha participação é a *“classe C”* (baixa classe média), com mais de 10 milhões de novos integrantes, seguido pela massa trabalhadora e média classe média, que somadas tem mais de 14 milhões de novos integrantes.

⁹ Quadros, 2008 a, p.11.

Tabela 1.3 – Variações populacionais – Brasil (2003-2007)

Variações populacionais
Brasil

Estratos sociais	2003		2007		2007-2003	
	%	Pessoas (mil)*	%	Pessoas (mil)	Pessoas (mil)*	%
Alta classe média	6,8	12.701	8,2	15.385	2.685	1,4
Média classe média	9,7	18.120	13,0	24.292	6.172	3,3
Baixa classe média	30,3	56.548	36,0	67.192	10.644	5,7
Massa trabalhadora	28,4	52.901	32,6	60.840	7.938	4,3
Miseráveis	22,4	41.815	8,3	15.508	(26.306)	(14,1)
Indigentes	2,4	4.466	1,8	3.334	(1.132)	(0,6)
Total	100,0	186.552	100,0	186.552	-	-

* população simulada, equivalente à de 2007.

Quadros ainda chama a atenção para o rótulo de classe média, que deve ser olhado com cautela, visto que a classe C ainda está muito distante de um padrão que consideramos classe média, que nas palavras do autor *“pode ser classificada como remediada ao se diferenciar da massa de pobres e miseráveis”*¹⁰.

É nesse ponto que está a principal divergência entre Quadros e Neri. Apesar de ambos concordarem que tenha havido queda na desigualdade de renda e redução da pobreza absoluta, Quadros é mais cético quanto à afirmação de que já somos uma sociedade de classe média, acreditando que ainda faltam alguns passos para que isso se concretize. Enquanto Neri é mais otimista, afirmando que houve ascensão social de parte significativa da população, com elevação do poder de compra da camada intermediária, à qual ele chama de “nova classe média”.

Enfim, o importante a reter é que houve nos últimos anos um forte processo de mobilidade social com redução da miséria, principalmente motivado pelo retorno do crescimento econômico e por políticas distributivas que acabaram por reduzir significativamente a massa de pobres e engordaram as classes intermediárias. Com a expansão do crédito e a maior estabilidade no emprego, mesmo as classes de baixa renda passaram a consumir em maior escala.

¹⁰ Quadros, 2008a, p.16.

CAPÍTULO 2

O Consumo na sociedade brasileira

Nesse capítulo tentaremos explorar alguns aspectos das sociedades de consumo, desde o seu surgimento e desenvolvimento à sua instalação no Brasil, e quais suas especificidades em nosso país. Para isso, iremos retomar brevemente alguns conceitos relativos à sociedade de consumo, como a criação de signos, necessidades. Posteriormente estendemos a análise ao momento histórico essa sociedade é fundada, e como ela se insere no Brasil, com seu capitalismo periférico, específico.

Ainda nesse capítulo, faremos uma breve análise sobre algumas mudanças no padrão de consumo da família brasileira, revisando os dados de pesquisas de orçamento familiar realizadas no período entre 1974 e 2003. Faremos assim uma introdução ao conteúdo do terceiro capítulo, no qual iremos investigar mudanças mais recentes nesse padrão de consumo.

2.1 – Formação das sociedades de consumo

Diversos autores, entre eles, Mike Featherstone, Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard, Neil McKendrick, e outros, analisam nossa sociedade pós-moderna, e afirmam que ela é, acima de tudo, uma sociedade de consumo. Mas o que seria uma sociedade de consumo? De maneira simples, poderíamos dizer que é uma sociedade onde o indivíduo é reduzido a condição de consumidor, estando submetido a interesses do “sistema de produção” e, portanto, aos interesses econômicos.¹¹

“Tudo está relacionado ao consumo como, por exemplo, o modo de produção e de circulação dos bens, os padrões de desigualdade no acesso aos bens materiais e simbólicos, a maneira como se estruturaram as instituições da vida cotidiana (como a família, o lazer,

¹¹ Siqueira, 2003

os ambientes urbanos, etc.). Nossa sociedade-cultura de consumo constantemente cria novos espaços para os consumidores, tornando o consumo um sistema global que molda as relações dos indivíduos na pós-modernidade e é reconfigurada por tecnologias variáveis que determinam os padrões de consumo.” (SIQUEIRA, 2003, Cap.3)

Para o autor, essa sociedade de consumo pós-moderna intensificou nossos desejos, e complexificou a experiência humana, permanentemente criando necessidades, meios de diferenciação, nos levando constantemente a consumir além das necessidades, como afirma Baudrillard, *“já não consumimos coisas, mas somente signos”*, é nesse contexto que o *marketing, design*, e publicidade ganham importância, na criação de signos, necessidades, desejos.

Temos a criação, assim como na produção, de uma lógica de reprodução ampliada, a lógica do consumo, *“estruturada em torno do simulacro, do hedonismo, da colagem, do ‘tudo vale’, da efemeridade, etc.”*¹², e nessa lógica, tudo é feito no sentido de atrair o consumidor, atraindo-o constantemente para o consumo, para a troca, para a insatisfação, são movidos pela necessidade de diferenciação constante e permanente.

“Para Frederic Jameson, a desconexão entre os significantes, a sobrecarga sensorial e a liquefação de signos e imagens da sociedade-cultura pós-moderna resultam em uma cultura ‘sem profundidade’, na qual se acaba a distinção entre alta-cultura e cultura de massa, equivalendo-se em valor, por exemplo, a cultura de painéis luminosos de casas/centros comerciais com a alta-cultura ‘séria’ (filosofia, arte, romance, ópera...). Assim, palavras, imagens e néon misturam-se aleatoriamente em grandes letreiros, produzindo uma paisagem hedonista que faz com que na cidade contemporânea tenhamos consumo de espetáculos, espetáculos de consumo, consumo de signos, signos de consumo. Isto embaça as distinções entre comércio e cultura e caracteriza a cidade pós-moderna como um sistema utilitarista de produção e consumo.” (SIQUEIRA, 2003, Cap. 3)

¹² Siqueira, 2003 – cap.3

Portanto, temos uma sociedade extremamente mascarada e moldada segundo os interesses da produção, uma sociedade onde “os indivíduos são bombardeados por imagens e objetos descontextualizados, mas que evocam sonhos e desejos para um consumo desenfreado”¹³. O capitalismo do século XX acaba por distorcer nossa visão sobre os produtos, associando a eles valores subjetivos, como beleza, auto-realização, qualidade de vida, diferenciação, impulsionando o consumo desses produtos pelo consumo de *signos*, de desejos, e não mais por seu “valor de uso”. Essas são algumas das formulações mais famosas sobre as sociedades de consumo, que nos ajudam a entender sobre quais bases estão fundadas nossas relações sociais.

Entretanto, é necessário estabelecer em que momento da história temos o surgimento dessas sociedades. É nesse sentido que Neil McKendrick desenvolve o conceito de “Revolução do Consumo” que seria a revolução análoga a Revolução Industrial, entretanto pelo lado da demanda¹⁴. Teríamos então um reordenamento das estruturas produtivas e do consumo, criando um mecanismo virtuoso que visa criar e satisfazer os desejos do indivíduo simultaneamente. É nesse momento que temos o primeiro esboço de como se formariam as sociedades de consumo, onde a Inglaterra, impulsionada pela revolução das forças produtivas começa a “vender produtos simples a vastos mercados”¹⁵. De acordo com McCracken (1990):

“The historical community, following the lead of Braudel and the example of McKendrick, has recognized that the ‘great transformation’ of the West included not just an ‘industrial revolution’ but also a ‘consumer revolution’. This community now argues that this consumer revolution represents not just a change in tastes, preferences, and buying habits, but a fundamental shift in the culture of the early modern and modern world. The consumer revolution is now seen to

¹³ Siqueira, 2003

¹⁴ Oliverira, 2009

¹⁵ McKendrick, N.; Brewer, J.; Plumb, J. H. *The birth of a consumer society: the commercialization of eighteenth century, England*. Bloomington, Indiana University Press, 1982, p.9. *Apud* Oliveira (2009).

have changed Western concepts of time, space, society, the individual, the family, and the State”¹⁶

Temos, portanto, a formação de uma nova sociedade, onde a transformação dos meios de produção leva a um expressivo aumento da produtividade, e do outro lado a uma reorganização da sociedade que possibilita a absorção dessa oferta, agora abundante¹⁷. Vejamos um trecho de Milena Oliveira, na qual a autora discorre sobre o momento do surgimento da sociedade de consumo, e como se dá a diferenciação social via objetos, ostentação:

“Há uma clivagem clara entre aqueles que consomem para sobreviver e aqueles que vivem para consumir, entre os que consomem a banalidade e os que consomem a sua essência. É o fim da sociedade de “coisas banais” e o nascimento da sociedade capitalista de consumo, que mescla elementos do mercado através do qual se adquirem os produtos e a lógica de diferenciação social herdada das sociedades estamentais, tornando as “coisas” duplamente significadas. Para Baudrillard, é esse desprendimento em relação às necessidades físicas que dota o consumo da possibilidade da diferenciação, subordinando a produção à forma representação no capitalismo.” (OLIVEIRA, 2009, p.5-6)

As cidades também têm papel fundamental na conformação dessa nova sociedade, pois delas que surgem novos padrões que estão sempre em busca da inovação, da novidade. Isso, pois são nas cidades que surgem grupos de profissionais especializados em serviços para as classes abastadas, gerando assim um excedente que seria usado para o consumo. De forma geral, são esses os principais fatores que levam a sociedade, agora avançada, urbana e capitalista, a promoverem sua revolução no consumo, inclusive no Brasil:

“A formação do capitalismo no Brasil, assim como as demais formações capitalistas, também corresponde a um período de

¹⁶ Grant McCracken. Culture & Consumption-New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities. 2nd edition. Bloomington, Indiana University Press, 1990, p. 3. *Apud* Oliveira, 2009.

¹⁷ Oliveira, 2009

transição que assiste a intensas transformações tanto materiais, quanto sociais, políticas e culturais. Apesar de já ter nascido sob o signo da acumulação mercantil, não é correto dizer, no entanto, que o país já seja capitalista desde o início. Ao contrário, é preciso analisar como esses fatores, que remetem ao seu período colonial, condicionam a formação de seu capitalismo no momento em que este se inicia.”
(OLIVEIRA, 2009, p.10)

É nesse período, compreendido entre 1890-1915, que Oliveira centra seu estudo, devido às contradições presentes no Brasil à época: Um país de passado colonial, que tenta se modernizar a qualquer custo, buscando apagar de uma vez por todas suas conexões com esse passado colonial. Um país onde esse desejo de desvencilhamento do passado é muito mais forte que o impulso pela inclusão de classes.¹⁸

“O consumo capitalista, nessa sociedade que recém derrubara o Império e a escravidão, tem uma função bastante clara e definida: a de acelerar a superação de um passado colonial, do qual o Império não passara de uma extensão, processo esse que, claro estava, não seria para todos.” (OLIVEIRA, 2009, p.11)

Aqui chegamos num momento crucial da análise. Como é que uma sociedade ainda desestruturada, em formação, como era a brasileira ao início do século XIX, se porta quando é submetida à revolução da produção e consumo? É parte disso que se propõem a investigar Fernando Novais e João Manuel no seu livro “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”, que utilizaremos ao longo da próxima seção, tentando entender inserção brasileira nesse novo padrão social pós-moderno.

2.2 – Sociedade de consumo no Brasil

Durante boa parte do século XX, principalmente nas décadas de 50 a 70, o Brasil observou uma grande expansão de sua economia e desenvolvimento da sociedade, a sensação era de que faltavam alguns poucos passos para finalmente

¹⁸ Oliveira, 2009, p.11

nos tornássemos uma nação moderna¹⁹. E realmente esse era o padrão que se apresentava, com o fortalecimento de uma indústria nacional, anos quase ininterruptos de crescimento econômico, eram bons motivos para o otimismo.

Nossa sociedade tinha sido capaz de incorporar novos padrões de produção e consumo semelhantes ao de países desenvolvidos, aumentando o grau de autonomia de nossa economia, produzindo quase todo tipo de produto. Temos a emergência de uma classe consumidora significativa, ávida por novos produtos, que eram da mais diversa natureza, como observam Fernando Novais e João Manuel em seu livro. Tínhamos desde fogões modernos a aviões fabricados pela Embraer, passando por máquinas de lavar roupa, aspirador de pó e toda sorte de eletrodomésticos modernos, além de uma indústria de base já estabelecida e crescente.

Acompanhado desse avanço na esfera produtiva, também temos uma revolução nos métodos de comercialização, com a introdução de duas grandes inovações: *Shopping Center* e o Supermercado. Essas duas novidades vão suplantando rapidamente os meios anteriores de comercialização, com o supermercado engolindo o tradicional armazém, açougue, a peixaria, que já não são capazes de competir com os grandes mercados. Os *Shoppings Centers* se tornam “templos de consumo”, incorporando desde lojas de roupa, utilidades a *fast-foods*, cinemas, etc.²⁰

Acompanhando esse movimento, temos a emergência de novos comportamentos e hábitos na sociedade brasileira, como o “comer fora”, que ganha força em quase todos os grupos sociais, cada qual com seu padrão. A higiene, tanto pessoal, quanto da casa é revolucionada, integrando cada vez mais produtos e serviços, como o cabeleireiro, por exemplo. Essa revolução ainda se estende por outros setores, como o vestuário, com a introdução de novos materiais, novas tendências, como observam os autores, a revolução na vestimenta feminina é notória, com a incorporação da roupa masculina no seu universo, inclusive a calça comprida, chamam a atenção.

¹⁹ Cardoso de Mello e Novais, 2009, p.7

²⁰ Idem. p.11-12

Toda essa revolução nos padrões de consumo é impulsionada por outra revolução, a revolução no padrão de ocupação do território brasileiro. No início dos anos 1950, apenas 10 milhões de brasileiros vivam na cidades, enquanto outros 41 milhões viviam na zona rural ou pequenos vilarejos. As condições de vida no campo em muito se assemelhavam com as do século anterior, com algumas pequenas diferenças entre as regiões do país, mas em comum entre elas a imensa pobreza.

Com o avanço das cidades e melhoria da qualidade de vida, os centros urbanos passam a atrair muitos novos moradores. Num ritmo impressionante, 39 milhões de pessoas migram do campo para a cidade entre as décadas de 50 e 70,²¹ em busca de uma melhora na sua vida, inspirados por parentes que já haviam feito a migração e contavam por cartas as maravilhas das cidades.

É nesse contexto que temos a formação da sociedade moderna brasileira, com uma grande massa de migrantes do campo, somadas aos grandes contingentes de imigrantes e ao negro urbano. Enquanto os imigrantes continuavam se estabelecendo em alguns postos mais elevados na cidade, como comerciantes, trabalhadores industriais, autônomos, e se beneficiando da educação pública, a grande massa de negros ainda ocupava as posições mais “pesadas” na escala de trabalho, se amontoando em moradias precárias e favelas e com poucas oportunidades de ascensão social.

O migrante rural, ainda que de forma precária, também consegue se integrar a sociedade, entretanto em posições baixas na escala social e na remuneração. Eles atuam como empregadas domésticas, caixas, vendedoras, ascensoristas, garçons. Enquanto poucos conseguem algum posto mais qualificado na construção civil, mecânicos, e operários. A inserção dessa massa rural no serviço urbano é essencial para entender como se molda a sociedade brasileira.

Essa sociedade que estava nascendo, com o movimento intenso das populações nas mais diferentes direções, mas principalmente para as cidades, sempre em busca de novas oportunidades de ascensão social, se configura em poucos anos

²¹ Cardoso de Mello e Novais, 2009, p.21

uma sociedade predominantemente urbana, sendo que já em 1980 a população urbana supera a rural, e conta com o surgimento das grandes cidades. São Paulo já tinha 12 milhões de habitantes, contra 2,2 milhões de 1950, Rio de Janeiro quase 9 milhões, Belo Horizonte e Porto Alegre, mais de 2 milhões, como Fortaleza, Curitiba e outras.²²

Entretanto, não há, concomitante com essa urbanização e modernização da economia, uma modernização da sociedade em si, sendo que os mecanismos de reprodução social tendiam a aumentar a desigualdade ao invés de mitigá-la, como chama a atenção Cardoso de Mello e Novais:

“[...] Em vez de a renda das grandes maiorias subir continuamente em compasso com o aumento da produtividade social do trabalho, regulando os demais rendimentos (trabalho de direção e demais funções ligadas ao controle do capital), ocorre o contrário. Ou seja, os rendimentos dos trabalhadores subalternos são comprimidos para abrir espaço simultaneamente para os lucros astronômicos e para diferenciação das rendas e do consumo dos funcionários do dinheiro e da nova classe média.” (Cardoso de Mello e Novais, 2009, p.69)

Somado a isso, o grande êxodo rural ocorrido nas décadas de 50 a 70 leva a uma constante pressão pelo rebaixamento do salário do trabalho básico. A situação é ainda mais agravada devido à natureza do regime autoritário, que acaba por calar sindicatos, promove uma política de rebaixamento de salários sobre o pretexto de combater a inflação, e facilita a dispensa e rotatividade nos postos de trabalho, minando assim os direitos do trabalhador, reduzindo seus rendimentos e sua estabilidade no emprego.

Há, entretanto, uma grande massificação de alguns postos de trabalho, antes restritos à classe média, como por exemplo, na construção civil e nos serviços. Também há uma clara ampliação na educação básica, capacitando uma grande massa de trabalhadores para postos que exigiam qualificação mínima, como *office-boys*, telefonistas, etc, postos de trabalho que na sua maioria eram com

²² Cardoso de Mello e Novais, 2009, p.25

carteira assinada, o que já garantia uma maior segurança social, além de ter a garantia de uma aposentadoria, ainda que pequena.

Outro setor que cria muitos empregos é o setor público, que conta com grande expansão da educação, o que acarreta a contratação tanto de professores, quanto trabalhadores menos qualificados, como merendeiras, faxineiras, entre outros. Também há criação de muitos postos de trabalho na área de saúde, que se expande rapidamente nas cidades, especialmente na década de 70.

O interessante de se notar, é que mesmo com essa política de arrocho salarial, a grande massa consegue incorporar, ainda que precariamente o padrão de consumo moderno, contando sempre com o auxílio dos outros membros familiares para complementar a renda. Sendo possível até mesmo o acesso aos créditos do Banco Nacional da Habitação (BNH) em alguns casos, permitindo a saída da condição do aluguel. Essa nova classe passa a consumir cada vez mais produtos industrializados, serviços, incorporando novos padrões na alimentação, higiene, vestimenta, eletrodomésticos.

Mesmo de forma desigual, temos uma ascensão generalizada da sociedade, pois a grande maioria dos empregados subalternos troca uma posição de miséria rural, por uma de empregado urbano, ainda que mal remunerado, consegue incorporar um novo padrão de consumo que se aproxima em alguma medida do padrão moderno, desenvolvido.

Porém esse sistema, com baixos salários em uma expansão acelerada da economia, aumentando a produtividade, abre espaço para a criação de enormes margens de lucro em todos os setores, sejam eles industriais ou de serviços. Isso promove também uma exarcebada diferenciação salarial entre os cargos de gerência e o “chão de fábrica”. Essa diferenciação cria uma classe social sobre-remunerada, opulenta, ávida por consumo e diferenciação social, e em muitos aspectos de colocar inveja as classes superiores nos países desenvolvidos²³. Ao mesmo tempo outra classe, de serviços mal remunerados, que se inserem de forma marginal no novo padrão de consumo.

²³ Cardoso de Mello e Novais, 2009, p.75

Também há o surgimento de uma classe média, que presta serviços aos endinheirados, são autônomos, com qualificação intermediária, que têm um salário maior que a grande massa trabalhadora e em grande medida incorporam o padrão de consumo das massas, com telefone, TV em cores, uma enorme variedade de eletrodomésticos, mas principalmente o automóvel. Além disso, abusam dos serviços baratos, uma das características mais marcantes do desenvolvimento econômico brasileiro.

Esse movimento de constante rebaixamento dos salários da base, com o barateamento dos serviços e exploração das classes com menor qualificação, leva o Brasil a produzir uma das sociedades mais desiguais do planeta, sendo que já em 1980, os 5% mais ricos já concentravam espantosos 37,9% da renda! Não á a toa que o termo *brasilianization* vai se tornando sinônimo de capitalismo selvagem.²⁴

“Estamos, portanto, diante de um capitalismo plutocrático mas extremamente dinâmico. Vivemos, entre 1967 e 1979, um período de altas taxas de crescimento, que nos levaram à posição de oitava economia capitalista do mundo. Mas nosso capitalismo combinava concentração gigantesca da riqueza e mobilidade social vertiginosa, concentração de renda assombrosa e ampliação rápida dos padrões de consumo moderno, diferenciação e massificação”. (Cardoso de Mello e Novais, 2009, p.82)

Essas são as bases sobre as quais o capitalismo brasileiro e a sociedade moderna nacional são criados, criando uma sociedade extremamente desigual, como já pudemos observar no primeiro capítulo, onde os diferenciais de salários são exacerbados, o rendimento médio é muito baixo, a mobilidade social é cada vez mais reduzida. Ademais, os padrões de consumo se mostram muito divergentes entre as classes de renda, causando grandes diferenças entre os padrões de consumo das famílias de acordo com seus rendimentos.

²⁴ Idem, p.81

Na próxima seção iremos analisar como se comportam os padrões de consumo no Brasil desde a década de 1970, quando temos a realização da primeira pesquisa de orçamentos familiares no país, e como esse padrão se modifica ao longo das décadas.

2.3 – Padrões de consumo: mudanças verificadas no período 1974-2003

A POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares, é uma pesquisa realizada pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e tem como principal objetivo *“mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias”²⁵*.

Pesquisas de orçamentos familiares são realizadas no Brasil desde 1974/75, quando foi realizado o Endef (Estudo Nacional de Despesa Familiar), entretanto ele não abrangia todas as regiões do país. A segunda e terceira pesquisas, já com nome de POF, datam de 1987/88 e 1995/96, porém elas ainda englobaram apenas nove regiões metropolitanas, Goiânia e Distrito Federal; somente a partir de 2002/03 que a pesquisa ganha âmbito nacional.

A partir da pesquisa de 2002/03 temos também a coleta de dados antropométricos, como peso e altura dos indivíduos, dados coletados anteriormente apenas em 1974 e 1989, pela Endef e Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN), respectivamente.²⁶

A POF utiliza diversos questionários, visando obter o máximo de informações relevantes, como por exemplo, condições de domicílio (abastecimento de água, esgoto, número de cômodos, número de moradores), características do indivíduo (peso, idade, posição na família, escolaridade), despesas com domicílio, como reformas. Também separa as despesas coletivas, como alimentação e higiene, dos gastos e recebimentos individuais. Um último questionário ainda aborda os critérios subjetivos do domicílio e de seus moradores, como suficiência da renda e também a disponibilidade alimentar.

²⁵ Pesquisa de Orçamentos Familiares – 2009 (p.17)

²⁶ Almeida e Freitas, 2006.

As aplicações dos resultados da pesquisa são bastante amplas, sendo que servem como base para atualização da cesta de bens sobre a qual são calculados índices de inflação, formulação de políticas públicas e mesmo orientação para investimentos no setor privado, pois fornece uma vasta base de dados detalhada sobre o padrão de consumo da família brasileira.

O que tentaremos nessa seção é analisar algumas tendências que se apresentam nas pesquisas realizadas anteriormente, principalmente nas de 1995/96 e 2002/03, quando já temos estancado o processo inflacionário após o Plano Real. Para isso utilizaremos alguns textos de autores que já se debruçaram sobre o tema, como Paulo Castro, Luis Carlos Magalhães e Ricardo Carneiro.

Na década de 1990, com o Plano Real temos a estabilização monetária, que causa um efeito positivo sobre a renda dos trabalhadores, assim melhorando as condições de endividamento e conseqüentemente do consumo, vejamos um trecho de Castro e Magalhães:

“A estabilização afetou, também, o mercado financeiro, pois alterou a composição dos agregados monetários por meio de maior monetização da economia, e alargou o mercado de crédito. As compras a prazo foram estimuladas pelas quedas das taxas de juros e ampliação do horizonte do poder aquisitivo do consumidor que, com a estabilização, pôde contemplar um comprometimento de renda a mais longo prazo.” (CASTRO e MAGALHÃES, 1998, p.8)

Ainda segundo Castro e Magalhães, temos no período entre 1987 e 1996 uma melhora de 4,7% da renda *per capita* nos grandes centros urbanos, superando assim o crescimento do PIB *per capita*. Entretanto a despesa média geral sofre uma queda de 3,5% no período, o que não seria o lógico, mas os autores acusam o fato das diferenças nas expectativas e preferências dos consumidores terem influenciado o gasto negativamente, além das mudanças nos preços relativos também terem afetado a estrutura de consumo das famílias.

Ainda no período 1987/1996 os autores separam os itens que compõe a cesta de consumo, sendo que nesse período temos a tendência geral de queda nas

despesas com alimentação e vestuário, enquanto os gastos com aluguel, transporte urbano, assistência à saúde e educação sofrem uma tendência de alta. Outro item que sofre grande tendência de alta é o indicador de variação patrimonial das famílias, ou gastos com ativos, sendo que o principal responsável por esse aumento é o veículo próprio.

Sobre as famílias, podemos afirmar que no período temos um aumento das classes extremas, sendo que para o geral das áreas metropolitanas temos um aumento da proporção de famílias com renda abaixo de 5 salários mínimos (SM) e acima de 30 SM, enquanto em todos os estratos intermediários temos uma redução na participação. O autor ainda chama a atenção para a desigualdade regional observada, sendo que as regiões metropolitanas nordestinas apresentam o maior percentual de famílias abaixo dos 5 SM, mais de 50% do total de famílias, enquanto Brasília, São Paulo e Curitiba apresentam o menor percentual na mesma faixa de renda.

Ainda podemos notar uma maior concentração de famílias com baixa renda, até 2 SM, quando elas são chefiadas por mulheres, jovens até 29 anos, idosos (60+) ou ainda para residências onde o chefe do domicílio não tem instrução. Enquanto isso, quase 70% da população com pós-graduação atingia patamares de 30 SM ou mais, demonstrando a grande desigualdade nessas categorias.

Outro indicador que apresenta uma piora é o da concentração de renda, que aumenta ligeiramente no período, sendo que os 10% mais pobres detinham 0,91% da renda, enquanto os 10% mais ricos detinham 43,9% da renda, enquanto na pesquisa anterior esses números eram 0,94% e 43,4%, respectivamente, é uma piora pequena, mas que indica a tendência de concentração de renda no período.

Já para o período compreendido entre 1988 e 1996, quando a renda per capita cresce em torno de 4%, os autores ressaltam duas tendências: 1) Aumento da participação de itens não ligados ao consumo corrente, portanto tanto a diminuição dos gastos correntes, como gastos com consumo; 2) Aumento da variação patrimonial das famílias, com aumento dos ativos (e.g. compra de automóveis) e aumento dos gastos com diminuição do passivo, que corresponderia à quitação do imóvel próprio.

“Essas tendências são condizentes com a evolução da renda per capita e com as transformações acarretadas pela urbanização e modernização do país ao longo das últimas décadas.” (CASTRO e MAGALHÃES, 1998, p.27)

Tanto que se considerarmos os principais itens de despesa em relação ao total de consumo é evidente a redução de despesas alimentares e com vestuário, enquanto há um aumento dos gastos com habitação, transporte urbano, assistência à saúde e educação, como pudemos observar anteriormente. Vejamos os números do período:

“Para o total das áreas, por exemplo, a participação das despesas com alimentação, que, em 1987/1988, foi de 18,7% do desembolso global, caiu para 16,8% em 1995/1996, enquanto a de habitação foi de 15,7% para 20,4%, respectivamente. A participação dos gastos com transporte urbano subiu de 2,3% para 3,2%, e a da assistência à saúde, que na POF anterior representava 5,3% do total dos gastos das famílias, atingiu, em 1995/1996, 6,5%. A participação das despesas com educação foi de 2,7% para 3,4%, nesse período. Os gastos alimentares per capita das famílias dos principais centros urbanos do país caíram 12,7%, enquanto os dispêndios com habitação subiram 26,2%, e os com transporte urbano cresceram 31,7%, entre as duas pesquisas. As despesas per capita com saúde e educação aumentaram, respectivamente, 19,4% e 24,0%.” (CASTRO e MAGALHÃES, 1998, p.28)

Adicionando novos elementos a essa análise dos padrões de consumo, Ricardo Carneiro (Carneiro, 2001) chama a atenção para as mudanças nos preços relativos dos bens e serviços ocorridas na década de 1990, após as reformas liberalizantes e o Plano Real. O autor constata que de forma geral há um barateamento dos bens industrializados e um encarecimento dos serviços, tanto públicos quanto privados.

A abertura econômica amplia a concorrência entre os mercados, colocando pressão sobre o preço dos produtos produzidos domesticamente e aumentando a oferta de bens importados, assim rebaixando os preços de forma estrutural e,

portanto, permanente. Também contribui para esse barateamento a forte valorização do câmbio promovida durante boa parte da década de 1990.

No caso dos serviços o autor constata uma tendência “diametralmente oposta” a que observamos para bens industrializados, ocorrendo um encarecimento generalizado dos serviços públicos e privados. Entretanto há uma diferença nos determinantes desse encarecimento. Carneiro atribui o aumento no preço dos serviços privados, como educação, saúde, aluguéis, ao “boom” de crescimento observado pós-Real, que permitiu o reajuste substancial dos preços acima da inflação. Entretanto essa tendência perde força, e até mesmo é revertida em alguns casos, após 1999, quando há uma retração do crescimento econômico.

Já os serviços públicos, que também apresentam tendência de alta nos preços, têm outro componente determinando seu encarecimento: as privatizações. Com elas, tais serviços passam a se submeter à lógica privada, objetivando o lucro e, portanto é de se esperar um encarecimento desses serviços. Carneiro chama a atenção que devido à natureza desse aumento de preços, eles continuam a aumentar após 1999, mesmo com a perda do dinamismo da economia.

“Uma conclusão preliminar é a de que as mudanças nos padrões de consumo, quando observadas da ótica da família média ou representativa, seguiram um padrão esperado, ou seja, substituíram-se gastos em bens industrializados por gastos em serviços. Uma questão a ser examinada em adição é se esta tendência abarcou as várias faixas de renda, vale dizer, se teve caráter geral ou concentrou-se em determinadas faixas. A pergunta é relevante em razão da extrema desigualdade na distribuição de renda no Brasil.” (CARNEIRO, 2001, p.146)

Tabela 2.1 - Distribuição e dispersão dos gastos em consumo das famílias – 1987/96

Item	Despesas das famílias (%)		Coef. de variação	
	1987	1996	1987	1996
Despesas de consumo	81,9	80,4	0,11	0,12
1. Alimentação	26,6	23,0	0,36	0,33
2. Habitação	10,3	16,6	0,18	0,07
2.1. Aluguel	3,5	5,4	0,28	0,21
2.2. Artigos de limpeza	0,9	0,8	0,41	0,39
3. Artigos de residência	6,9	6,1	0,08	0,21
3.1. Mobiliários e artigos do lar	2,9	2,1	0,07	0,16
3.2. Eletrodomésticos, equipamentos do lar e som e tv	2,7	3,5	0,17	0,27
3.3. Consertos e manutenção de artigos do lar	1,3	0,5	0,21	0,21
4. Vestuário	10,0	5,3	0,13	0,13
5. Transporte	9,8	10,1	0,19	0,08
5.1. Urbano	3,7	5,0	0,44	0,43
5.2. Veículo próprio	4,5	3,3	0,61	0,46
6. Saúde e cuidados pessoais	7,1	8,8	0,08	0,14
6.1. Higiene e cuidados pessoais	1,7	1,7	0,20	0,23
6.2. Assistência a saúde	5,4	7,1	0,09	0,14
6.2.1. Remédios	2,4	2,8	0,39	0,40
7. Despesas pessoais	5,7	5,0	0,08	0,09
7.1. Recreação e cultura	2,7	2,2	0,26	0,26
7.2. Serviços pessoais	1,2	1,2	0,05	0,09
8. Educação	2,3	2,7	0,26	0,43
8.1. Cursos	1,3	2,0	0,38	0,53
9. Despesas diversas	3,2	3,0	0,32	0,21
10. Outras despesas correntes	7,2	6,6	0,50	0,55

Fonte: IBGE – POFs 1987/1996

Essas são as tendências que se apresentaram na comparação da Endef 1974/75 com as POFs de 1987/88 e 1995/96, quando a pesquisa ainda não tinha âmbito nacional e não contava com alguns questionários introduzidos a partir de 2002/03, como as avaliações subjetivas da qualidade de vida. Com isso se faz complicada a comparação dos dados. Entretanto tentaremos, a seguir, analisar algumas tendências nas principais variáveis, sempre que a comparação for possível.

Entre a realização das duas POFs, de 1995/96 a 2002/03, temos a consolidação da estabilidade dos preços, com a continuidade do Plano Real até 1999 quando é instituído o regime de câmbio flutuante com metas de inflação. Com isso, temos a expansão do consumo das famílias, e mudança é captada pela POF, sendo que o

total da renda comprometida com consumo sobe significativamente nesse período, passando de 71,2% para 82,4% entre 1995/96 e 2002/03, sendo que as classes de mais baixa renda comprometem mais de 90% da sua renda em consumo, limitando muito as opções restantes, como aumentar o ativo, comprando um automóvel, ou mesmo quitar débitos antigos, como da casa própria.

Devido a esse aumento do nível geral de consumo, iremos observar que quase todos os componentes também aumentam sua contribuição no gasto total, como por exemplo, o gasto com habitação, que passa de 20,7% no início para 29,2% ao final, em 2002/03, um aumento de 40,8% no período. Ainda dentro da rubrica habitação, o componente que sofre a maior alteração é o “aluguel” que em 1995/96 era menor que 5% e em 2002/03 atinge o valor de 13,54%, quase triplicando sua participação no gasto total.

O transporte também é outro item que sofre uma alta significativa na participação, entretanto essa mudança é devida a alteração na metodologia utilizada na POF, que desloca a compra de automóveis do “aumento de ativos” para os gastos com transporte. Porém, se fizermos um ajuste na categoria, incluindo a aquisição de veículos como gasto em transporte nos dois casos, temos uma redução desse componente no total, passando de 18,48% para 15,19% entre as duas pesquisas. O valor do gasto na aquisição de veículos é o grande responsável por essa alteração, caindo 2,83 pontos percentuais, representando 5,93% em 2002/03, uma queda de 32% na participação.

Ademais, as tendências que observamos dentro da categoria “transporte” é a redução dos gastos com transporte urbano, com uma queda de 25%, e o aumento dos gastos com a manutenção e uso do carro²⁷, que sobe de 4,05% para 4,66%, uma subida de 12% em poucos anos.

A alimentação é um gasto que se mantém relativamente estável no período, passa de 16,8% em 1995/96 para 17,10% em 2002/03, entretanto há que se notar que a proporção de gastos com alimentação é significativamente diminuída para

²⁷ Referente a gastos com gasolina, etanol e manutenção das peças.

as famílias de mais baixa renda. Apesar das classes de renda serem diferentes nas duas pesquisas, podemos observar que as famílias nos estratos mais baixos passam de um gasto de aproximadamente 34% com a alimentação para patamares mais próximos a 30% e mesmo abaixo disso.

Dois componentes que também perdem participação são os gastos com educação e recreação e cultura. O primeiro se mantém praticamente estável, caindo apenas 0,12 ponto percentual (p.p.), o que representa uma redução de 3%. Já a “Recreação e cultura” sofre uma queda mais significativa, passando de 2,51% em 1995/96 para 1,97% em 2002/03, o que representa uma redução de 21,5% nesse gasto. Entretanto, mais uma vez, existe uma pequena diferença na metodologia de mensuração desse gasto, o que pode comprometer a comparação.

O gasto com assistência a saúde é outro que perde participação relativa nos gastos da família, indo de 6,53% em 1995/96 para 5,35% ao final do período. Porém a mudança mais significativa com gastos de saúde se dá nas classes de mais baixa renda, pois enquanto os mais abastados mantêm praticamente constantes seus gastos nessa categoria, as famílias com mais baixa renda reduzem significativamente esse componente.

Como exemplo podemos tomar a primeira categoria de renda, que reduz seus gastos de 9,26% em 1995/96 para 4,08% em 2002/03, uma queda de 56% no total. Mesmo com diferenciais menores, as classes seguintes de renda também queda significativa nos gastos com saúde, diferencial esse que desaparece nas classes com mais alta renda. Esse dado é muito importante, pois além de representar um aumento da renda do consumidor, demonstra uma melhora na oferta de bens públicos. Podemos observar isso pela redução dos itens “remédios” e “planos de saúde”, que passam ter uma participação menor nessa categoria.

Ainda nos falta observar as mudanças nos componentes de aumento de ativo e diminuição do passivo, mas como observamos anteriormente, há algumas diferenças nas metodologias utilizadas entre uma POF e outra, todavia tentaremos fazer os ajustes necessários para que as comparações possam ser feitas de forma adequada.

No aumento do ativo, tivemos a retirada da rubrica “aquisição de veículo” que foi movida para a categoria “transporte”, restando compra e reforma de imóveis, assim como “outros investimentos”. Utilizando apenas esses itens temos uma drástica redução nesse componente, que passa de 8,42% para 4,76% entre 1995/96 e 2002/03, totalizando uma queda de 43,4%, sendo que os maiores responsáveis pela queda nesse item é o componente da “reforma do imóvel”, que cai para menos da metade, e “outros investimentos” que praticamente são zerados.

A “diminuição do passivo” se mantém praticamente estável, com um leve aumento de 0,12 p.p., chegando a 1,98% em 2002/03, contudo temos uma redistribuição dentro da própria categoria com o item “empréstimo e carnê” subindo de 0,31% para 1,06%, o que representa um aumento de 241%, mais que dobrando sua participação, enquanto a “prestação do imóvel” passa de 1,55% a 0,92% no mesmo período, perdendo uma boa parte da contribuição. Essa mudança nos mostra claramente como há, realmente, uma expansão no endividamento das famílias com consumo, que passa já nesse período a ter um maior acesso ao crédito pessoal após a estabilização da moeda. São os primeiros passos na expansão do consumo, que posteriormente, segundo nossa hipótese, viria a aumentar ainda mais e se tornar um dos principais motores do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos, principalmente após 2003.

Enfim, nesse período, podemos observar uma clara tendência de subida no comprometimento da renda com o consumo em geral, com destaque especial para a habitação e especialmente o aluguel que quase triplica sua participação nos gastos. Também se deve dar destaque aos gastos com carnê, o que demonstra um maior endividamento das famílias, que passam a contrair esses empréstimos com mais facilidade após a estabilização da moeda, principalmente em bens de consumo.

No próximo capítulo, veremos se as tendências observadas nos padrões de consumo se mantiveram após 2003 e procuraremos associar a mobilidade social ascendente com o aumento no consumo das famílias no período recente.

CAPÍTULO 3

Mudanças recentes no padrão de consumo (2002/03 – 2008/09)

Nesse terceiro capítulo analisamos as principais mudanças ocorridas na renda e gasto das famílias no período compreendido entre a realização das duas últimas POFs, 2002 a 2009, destacando a continuidade (ou não) de tendências verificadas anteriormente.

Partimos da hipótese que a grande melhoria no mercado de trabalho, a elevação dos rendimentos médios, a estabilidade monetária e a volta do crescimento econômico tenham melhorado significativamente a condição de vida das famílias brasileiras, principalmente no que tange ao consumo.

Para isso, inicialmente analisamos as fontes de renda das famílias, tentando observar a importância dos rendimentos do trabalho (lembrando que houve uma melhoria do mercado de trabalho em decorrência da maior formalização e da recuperação do poder de compra do salário mínimo). Em seguida, mostramos o aumento da despesa das famílias entre 2002-2009, fazemos uma análise do peso dos principais componentes do consumo – alimentação, habitação, transporte, educação e saúde – e destacamos as diferenças na composição do consumo entre classes de renda familiar, procurando verificar se há uma tendência de convergência no período recente.

3.1 – Estrutura dos rendimentos e distribuição das famílias por classe de renda

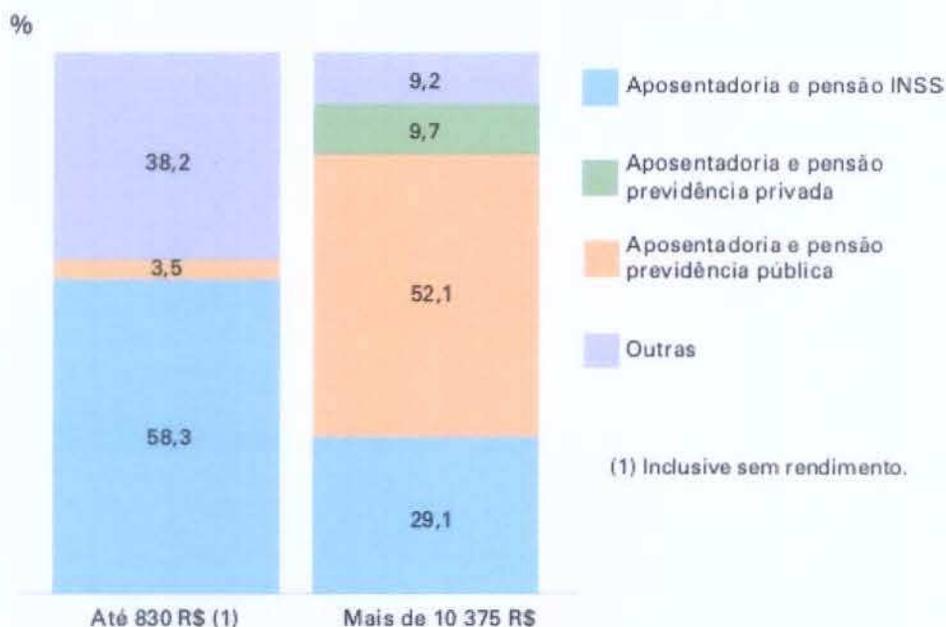
O rendimento médio mensal das famílias brasileiras auferido pela POF 2008/09 foi de R\$2.641,63²⁸. Comparando com os R\$1.789,66 obtidos na pesquisa anterior, houve um aumento nominal de 47%, mas corrigindo o valor de 2002/03 pelo INPC, observa-se um aumento real de apenas 3,5%. Provavelmente, a política de valorização do salário mínimo e a maior formalização do emprego,

²⁸ Esse valor corresponde à soma dos rendimentos monetários e não monetários.

empregador, que representam 70,7%, 20,2% e 9,1% do total, respectivamente. Essas proporções não se alteram significativamente no período compreendido entre as pesquisas, com exceção do item empregador, que cai 22,9% na participação dos rendimentos. Essa queda pode ser um sinal positivo, pois grande parte dos empregadores são donos de pequenos negócios, que tem algum tipo de comércio informal, de rua. Portanto uma redução nessa proporção pode significar uma melhora no mercado de trabalho.

As transferências são a segunda maior fonte de renda registrada pela POF 2008/09, representando 18,5% do total dos rendimentos. Dentro dessa categoria se encaixam aposentadorias e pensões, bolsas de estudos e programas sociais de transferência de renda. As aposentadorias e pensões representam mais de 80% das transferências, enquanto os programas sociais federais representam apenas 7,5%²⁹, ou 2,4% do total de rendimentos. Vejamos um gráfico que nos mostra a distribuição entre os tipos de transferência (aposentadorias e pensões e outras) nas classes extremas de renda familiar:

Gráfico 3.1 - Distribuição dos componentes dos rendimentos de origem de transferências, segundo as classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar - Brasil - período 2008-2009



Fonte: IBGE – POF 2008/09

²⁹ POF, 2008/09 p. 75

É importante ressaltar aqui o peso dos programas sociais federais (neles incluso o “Bolsa Família”) para as famílias de baixa renda, sendo que esses rendimentos representam 6,3% do total de rendimentos das famílias de mais baixa renda (até R\$830,00). Outro fator a se chamar atenção é o grande peso das transferências para a região nordeste, que tem 22,5% da sua renda proveniente dessa fonte, um aumento de 22% em relação ao ano de 1995/96 (Gráfico 3.2).

Ainda cabe notar no gráfico 3.1 a grande participação das aposentadorias e pensões públicas nas classes de alta renda. Essa configuração nos leva a uma reflexão sobre a estrutura previdenciária no Brasil, que continua reproduzindo as desigualdades mesmo depois da aposentadoria.

“Rendimentos não-monetários” é o terceiro componente mais importante para a renda familiar, alcançando 12,8% no conjunto das famílias. Esses rendimentos têm participação tão mais importante quanto menor é a renda das famílias (26% no primeiro estrato), sendo que a importância é ainda maior para a zona rural.

Em seguida estão rendimentos de aluguel e outras rendas, que representam uma parcela reduzida da renda das famílias. Ainda mais se tomarmos as famílias de baixa renda, que apresentam contribuição próxima de zero na renda, ao passo que para as classes com renda superior esses valores chegam a somar mais de 5% da renda total da unidade familiar.

Tabela 3.3 – Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar (%), por classe de renda

Origem dos Rendimentos	Total	Até 830 Reais	Mais de 830 a 1.245 Reais	Mais de 1.245 a 2.490 Reais	Mais de 2.490 a 4.150 Reais	Mais de 4.150 a 6.225 Reais	Mais de 6.225 a 10.375 Reais	Mais de 10.375 Reais
Rendimento total e variação patrimonial	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimento total	95,6	99,3	99,1	98,6	97,5	96,5	95,3	90,1
Rendimento do trabalho	61,1	46,3	51,5	59,6	63,5	65,0	66,0	60,5
Transferência	18,5	26,7	26,1	20,0	17,4	16,4	16,0	17,3
Rendimento de aluguel	1,7	0,3	0,5	0,8	1,3	1,8	1,8	3,1
Outras rendas	1,6	0,3	0,3	0,6	1,2	1,9	2,4	2,4
Rendimento não monetário	12,8	25,8	20,8	17,6	14,1	11,4	9,1	6,7
Variação do ativo	4,4	0,7	0,9	1,4	2,5	3,5	4,7	9,9

Fonte: IBGE - POF 2008/09

Ademais, nota-se um grande diferencial na composição da renda de acordo com a situação do domicílio (Urbana ou Rural), como indicado na Tabela 3.2.

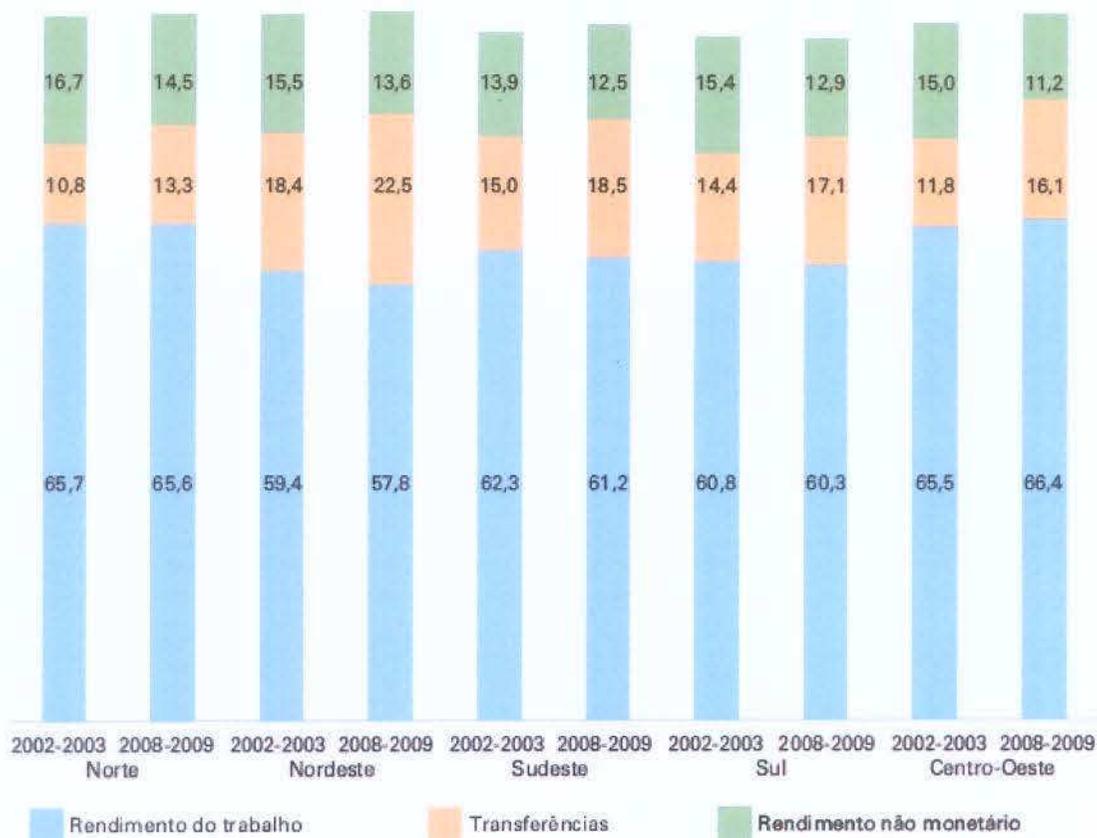
Enquanto os rendimentos do trabalho na área urbana se situam em patamares próximos a da média nacional, em torno de 61%, os rendimentos na área rural se encontram significativamente abaixo dessa média, ficando com apenas 53,6% da participação na renda. Participação compensada por um maior peso dos rendimentos não-monetários, 18,7% contra 12,2% na situação urbana, e pelas transferências que contribuem com 20,5% do total nos rendimentos na situação rural, 2,2 pontos percentuais acima da área urbana. Para ilustrar essas diferenças, vejamos um trecho retirado do relatório da POF 2008/09, obtido no site do IBGE:

“Tanto na condição urbana, quanto na rural, para as famílias com recebimentos de R\$ 830,00, os principais componentes foram o rendimento do trabalho, as transferências e o rendimento não monetário, a exemplo do que foi visto para o total nacional. Observa-se que na situação rural, os programas sociais federais foram responsáveis por 33% das transferências e, na urbana, por 20%.” (POF 2008/09 p.77)

Por esse excerto podemos notar o peso dos programas sociais federais, que representam uma grande parte das transferências feitas para as famílias. Esses programas, além de promover um aumento significativo nos orçamentos familiares, têm também contribuído para diminuir as desigualdades regionais, basta observar o maior peso desses programas, e das transferências em geral, na composição da renda nos estados mais pobres.

O gráfico 3.2 nos mostra também que a participação relativa das transferências aumenta em todas as regiões, sem nenhuma exceção. Nesse gráfico ainda podemos notar a evolução da composição dos principais componentes dos rendimentos desde a última POF. Vemos a maior participação das rendas não-monetárias nas regiões Norte e Nordeste, se comparada com as regiões mais ricas, porém esse componente, ao contrário das transferências, perde participação relativa em todas as regiões do Brasil.

Gráfico 3.2- Percentual dos componentes principais do rendimento total e variação patrimonial média mensal familiar, segundo as Grandes Regiões período 2002/2009



Fonte: IBGE – POF 2008/09

Enfim, podemos notar uma tendência geral de aumento da participação das rendas provenientes de transferências, com destaque para os programas sociais federais, que ganham participação relativa em todas as regiões e se tornam um grande mecanismo de redução de desigualdade, complementando de forma importante a renda das famílias menos abastadas, se tornando a segunda principal fonte de renda de muitas famílias, após a renda do trabalho.

Outra tendência é a conseqüente redução da participação relativa das rendas não-monetárias, devido à inclusão de muitas famílias em redes de proteção social e mesmo de uma melhora notória do mercado de trabalho e do salário mínimo, que permite maiores ganhos monetários.

3.2 – Estrutura do dispêndio total, tipos de despesas e distribuição por classe de renda

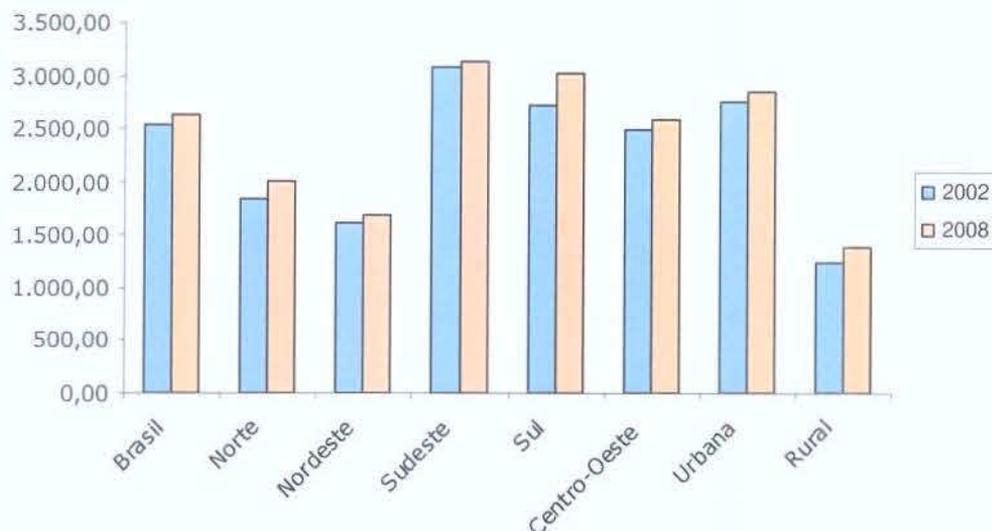
De agora em diante iremos analisar os dispêndios médios realizados pelas famílias. Mais uma vez teremos alguns problemas com a comparação de dados, pois encontramos metodologias diferentes na segmentação da renda entre as duas pesquisas, entretanto tentaremos fazer os ajustes sempre que necessário para permitir a comparação.

A média de dispêndio observada na pesquisa foi de R\$ 2.626,31 para todo o Brasil, um aumento de 47% em relação ao período anterior, referente à POF 2002/03, resultado compatível com o aumento da renda no mesmo período.

A região que apresentou o maior dispêndio médio foi o sudeste, com R\$ 3.135,80, valor 19,4% acima da média nacional, ao passo que no nordeste foi observado o menor dispêndio médio com R\$ 1.700,26, valor 35,3% abaixo da média nacional. Entretanto é importante notar que no período a renda no nordeste cresceu 50%, valor acima da média nacional, demonstrando uma melhora na distribuição dos dispêndios entre as regiões.

A discrepância de despesas é ainda maior na comparação por situação de domicílio. A média de dispêndios na situação urbana é de R\$ 2.853,13, estando 8,6% acima da média nacional, ao passo que a situação rural apresenta dispêndio médio de R\$ 1.397,29, representando menos da metade do gasto urbano. Essa constatação é preocupante, pois enquanto não houver um maior equilíbrio entre os dispêndios, e mesmo renda, a área rural continuará expulsando sua população, comprometendo o equilíbrio entre o campo e as cidades. Abaixo um gráfico que ilustra com clareza a discrepância entre as despesas nas diferentes regiões, bem como por situação de domicílio:

Gráfico 3.3 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2002/03 e 2008/09



Valores de 2002 corrigidos pelo INPC: 1,42584 (jan03-jan09)

Fonte: IBGE - POFs 2002/03 e 2008/09 e Banco Central do Brasil

No gráfico 3.3 ainda podemos notar um aumento, em termos reais, do dispêndio no Brasil como um todo e em todas as regiões. Mesmo depois da correção pelo INPC, temos altas significativas, principalmente nas regiões Sul e Norte, que apresentam aumento de 11,1% e 8,9% no dispêndio, respectivamente.

Indo adiante na análise, iremos observar como se comportam os gastos dentro do orçamento familiar. Como já havíamos identificado no capítulo anterior, há um forte aumento da participação das “despesas correntes” (de 79,9% para 93,3%) e do “consumo” (de 74,6% para 82,4%) desde a Endef 1974/75 até o ano de 2002/03. Esse processo é estabilizado na POF 2008/09, mantendo patamares muito semelhantes aos da POF 2002/03, vejamos:

“Para o grande grupo das despesas correntes, a POF 2008-2009, quando comparada com a POF 2002-2003, apresentou redução em sua participação na estrutura de despesa, tendo passado de 93,3% (POF 2002-2003) para 92,1% (POF 2008-2009). [...] Observa-se também, que o percentual das despesas de consumo na POF 2008-

2009 (81,3%) também apresentou uma redução, neste caso de 1,1 ponto percentual em comparação com o resultado da POF 2002-2003 (82,4%). [...] Nota-se, ainda, que o grupo outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras) manteve-se estável nos períodos compreendidos entre as POFs mais recentes, com participação de 10,9% na despesa total familiar.” (POF 2008/09, p.55)

Tabela 3.4

Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, segundo os tipos de despesa - Brasil

Tipos de despesa	Distribuição da despesa total monetária e não monetária média mensal familiar (%)	
	POF	
	2002-2003	2008-2009
Total	100,0	100,0
Despesas correntes	93,9	92,1
De consumo	82,4	81,3
Outras	10,9	10,9
Aumento do ativo	4,8	5,8
Diminuição do passivo	2,0	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.

Essa redução relativa nas despesas correntes é importante, pois libera uma maior parte da renda para despesas de aumento de ativo e redução do passivo, que são referentes à compra e reforma de imóveis, outros investimentos, carnês, entre outros. Isto pode ser constatado pela distribuição dos dispêndios na tabela 3.4, onde há um aumento da participação do “aumento do ativo” em 1 ponto percentual. Entretanto, se comparado com o Endef 1974/75, temos uma redução de 10,7 pontos percentuais, se tornando o item com maior perda nas despesas familiares desde o início das pesquisas de orçamentos.

Tabela 3.5 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - distribuição - por situação do domicílio e classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa

	Total	Até 830 Reais	Mais de 830 a 1.245 Reais	Mais de 1.245 a 2.490 Reais	Mais de 2.490 a 4.150 Reais	Mais de 4.150 a 6.225 Reais	Mais de 6.225 a 10.375 Reais	Mais de 10.375 Reais
1 Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100
2 Despesas correntes	92,1	96,9	96,4	95	92,9	90	92	87,1
2.1 Despesas de consumo	81,3	93,9	92	88,7	84,2	79,2	78,2	67,2
2.2 Outras despesas correntes	10,9	3,1	4,4	6,4	8,7	10,8	13,9	19,9
2.3 Aumento do ativo	5,8	2,2	2,3	3,2	4,9	7,7	5,6	10,5
2.4 Diminuição do passivo	2,1	0,9	1,3	1,8	2,3	2,3	2,4	2,4

Fonte: IBGE - POF 2008/09

Na tabela 3.5 temos a distribuição das despesas por classe de renda, segundo a POF 2008/09. Como já era de se esperar, temos um maior comprometimento da renda com gastos correntes nas classes de menor renda, sendo que existe uma diferença de quase 10 pontos percentuais entre as classes extremas de renda. A diferença se acentua ainda mais se comparamos as despesas com consumo, que analisaremos na seção seguinte.

Entretanto, ainda devemos notar algumas diferenças, como a maior participação do “aumento do ativo” nas classes de maior renda, principalmente na rubrica “aquisição de imóvel”, que chega a representar 8,7% do total das despesas na última classe de renda, enquanto esse mesmo item tem participação de menos de 1% na classe extrema inferior.

Em contraposição a esse movimento podemos observar um maior peso do aluguel nas classes de menor renda, o que revela mais um problema da estrutura social brasileira: enquanto os mais abastados comprometem uma parte significativa da renda adquirindo um imóvel, as classes pobres comprometem essa renda apenas pagando aluguel e transferindo renda para os proprietários.

3.3 – Estrutura do consumo: composição e gasto médio por item

Nessa seção iremos analisar com maior detalhe os dados relativos aos gastos com o consumo das famílias³⁰. Como dissemos anteriormente, existem algumas diferenças na classificação da renda das famílias entre as POFs de 2002/03 e 2008/09. Para permitir a comparação entre as duas pesquisas, reagrupamos as categorias de renda segundo seu peso na participação total da população. Assim, ficamos com uma quantidade de classes menor, porém compatíveis entre si, permitindo assim a comparação entre elas sem uma perda importante de informações. Vejamos.

As despesas com consumo são o principal componente do dispêndio das famílias brasileiras, correspondendo a 81,3% do total de gastos, o que corresponde a uma média mensal de R\$ 2.134,77. Novamente aqui, temos uma grande diferença quando comparamos a situação de domicílio, sendo que os gastos em consumo da situação rural correspondem a apenas 53% do gasto em consumo da situação urbana, com valores de R\$ 1.220,14 e R\$ 2.303,56, respectivamente.

Porém há que se notar que esse percentual gasto com consumo é ainda maior nas classes com menor renda, sendo que as famílias com renda mensal até R\$ 830,00 comprometem 93,9% da sua renda com despesas de consumo, um percentual elevadíssimo, enquanto o extrato superior de renda (mais de R\$ 10.375,00) compromete apenas 67,2% da sua renda com consumo.

A tabela 3.6 apresenta o perfil médio de gastos com consumo, como proporção do gasto total. Vemos que os principais componentes do dispêndio estão concentrados em três itens: Alimentação, habitação e transporte, que juntos representam 61,3% do total de gastos das famílias, em média. Sendo que esses itens representam mais de 75% do gasto com consumo, em média.

³⁰ É preciso alertar para o fato de parcela dos gastos das famílias com consumo ser referente a despesas não monetárias, que são imputadas pela POF. Esses gastos imputados acabam elevando o gasto médio das famílias e podem provocar distorções na comparação entre as duas pesquisas.

Tabela 3.6 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar (%) - segundo os tipos de despesa – Brasil (2002-2009)

Tipos de despesa	2008/09	2002/03	Variação	Variação (p.p.)
1 Despesa total	100,0%	100,0%		
2 Despesas correntes	92,1%	93,3%	-1,24%	-1,16
2.1 Despesas de consumo	81,3%	82,4%	-1,35%	-1,11
2.1.1 Alimentação	16,1%	17,1%	-5,85%	-1,00
2.1.2 Habitação	29,2%	29,3%	-0,21%	-0,06
2.1.3 Vestuário	4,5%	4,7%	-3,85%	-0,18
2.1.4 Transporte	16,0%	15,2%	5,33%	0,81
2.1.5 Higiene e cuidados pessoais	1,9%	1,8%	6,15%	0,11
2.1.6 Assistência à saúde	5,9%	5,4%	10,28%	0,55
2.1.7 Educação	2,5%	3,4%	-25,82%	-0,87
2.1.8 Recreação e cultura	1,6%	2,0%	-18,78%	-0,37
2.1.9 Fumo	0,4%	0,6%	-29,82%	-0,17
2.1.10 Serviços pessoais	0,9%	0,8%	7,14%	0,06
2.1.11 Despesas diversas	2,4%	2,3%	4,35%	0,10

Fonte: IBGE - Pesquisa de Orçamentos familiares 2002/03 - 2008/09

p.p. : pontos percentuais

O gasto com habitação é o maior componente do consumo, representando 35,9% do total do dispêndio da família em consumo, em média. Esse gasto é ainda maior se tomarmos as famílias com menor renda, representando até 39,6% nas famílias com menor renda. Ainda dentro da habitação, o aluguel é o item com maior participação, com 15,7% do consumo total na média. Serviços e taxas, como telefonia, energia elétrica, água, correspondem a 8,6% dos gastos com habitação, seguido por manutenção do lar, com 4,7% da participação.

Tabela 3.7 - Despesa monetária e não monetária com habitação, média mensal familiar (% e R\$) - segundo classe de renda – Brasil (2002-2009)

	Habitação (%)		Variação (p.p)	Habitação (R\$)	
	2002/03	2008/09		2008/09	Proporção (até 2SM=1)
Até 2SM	39,3%	39,6%	0,35	277,46	1,00
2 a 3	39,4%	39,7%	0,28	410,65	1,48
3 a 6	38,9%	37,5%	-1,35	602,72	2,17
6 a 10	36,7%	35,9%	-0,82	946,16	3,41
10 a 15	34,8%	34,8%	0,09	1.319,03	4,75
Mais de 15	32,9%	32,8%	-0,12	2.390,61	8,62
Total	35,5%	35,9%	0,41	765,89	2,76

Fonte: IBGE - POF 2002/03-2008/09

Deflator: INPC - Jan03 a Jan09 (1,4257)

Na tabela 3.7, podemos ver que a participação da habitação se mantém constante, mas o que mais chama atenção é a diferença entre o gasto das classes

de mais baixa renda se comparado com os das classes superiores, que chega a ser mais do que 8 vezes maior.

Em segundo lugar, temos o gasto com alimentação, representando 19,8% do consumo da família. Esse componente apresenta uma queda na participação em todos os estratos no período, sendo essa perda mais acentuada nas camadas inferiores. O diferencial entre camadas de renda é menor que o observado na habitação, como é de se esperar, pois a diferença de alimentação entre as classes não é tão pronunciada.

Tabela 3.8 - Despesa monetária e não monetária com alimentação, média mensal familiar (% e R\$) - segundo classe de renda – Brasil (2002-2009)

	Alimentação (%)		Variação (p.p)	Alimentação	
	2002/03	2008/09		2008/09	Proporção (até 2SM=1)
Até 2SM	34,5%	29,6%	-4,94	207,15	1,00
2 a 3	31,9%	27,0%	-4,92	279,02	1,35
3 a 6	27,3%	23,6%	-3,69	378,83	1,83
6 a 10	23,0%	19,8%	-3,17	522,66	2,52
10 a 15	19,4%	17,3%	-2,06	655,45	3,16
Mais de 15	15,2%	14,1%	-1,13	989,13	4,77
Total	20,7%	19,8%	-0,95	421,72	2,04

Fonte: IBGE - POF 2002/03-2008/09

Deflator: INPC - Jan03 a Jan09 (1,4257)

Também foi registrada uma significativa mudança no perfil de gasto com alimentação, sendo que em 2002/03 o gasto “em domicílio” representava 75,95% do gasto total em alimentação, ao passo que em 2008/09 essa participação cai para 68,90%, uma redução de 7,05 pontos percentuais.

O transporte se apresenta como o terceiro maior gasto das famílias, com 19,7% de participação média no consumo, um aumento de 7,06% em relação à 2002/03. Entretanto, seus subitens têm contribuição muito diferente de acordo com a classe de renda. Nas classes de mais baixa renda, o transporte compromete aproximadamente 10% da renda das famílias, ao passo que nas classes superiores de renda, esse percentual chega próximo aos 20%, sendo que a aquisição de automóveis corresponde à metade desses gastos. Por sua vez, nas classes mais baixas, a transporte urbano é o item com maior peso, comprometendo entre 3,5% e 4,2%, nas três primeiras classes de renda.

Tabela 3.9 - Despesa monetária e não monetária com transporte, média mensal familiar (% e R\$) - segundo classe de renda – Brasil (2002-2009)

	Transporte (%)		Variação (p.p)	Transporte	
	2002/03	2008/09		2008/09	Proporção (até 2SM=1)
Até 2SM	8,6%	10,3%	1,71	72,07	1,00
2 a 3	9,2%	12,1%	2,86	124,41	1,73
3 a 6	12,2%	15,4%	3,22	247,73	3,44
6 a 10	16,2%	19,7%	3,54	518,84	7,20
10 a 15	20,4%	22,1%	1,73	835,58	11,59
Mais de 15	23,4%	25,7%	2,32	1.866,16	25,89
Total	18,4%	19,7%	1,25	419,19	5,82

Fonte: IBGE - POF 2002/03-2008/09

Deflator: INPC - Jan03 a Jan09 (1,4257)

É clara a tendência de alta na participação do transporte na composição do consumo das famílias, principalmente nas faixas de baixa e média renda. Aqui o diferencial de gastos é ainda maior entre as classes, chegando a ser 25 vezes maior na classe mais alta de renda.

Após esses três itens, que somados representam três quartos (75%) dos gastos com consumo, em média, temos assistência à saúde, vestuário e educação, com 5,9%, 4,5%, e 2,5%, respectivamente.

Desses, educação é o que mais perde participação relativa, sofrendo uma queda de 24,39% em média, com atenção especial para o item “ensino superior”, que passa de 1,37% em 2002/03 para 0,98% em 2008/09, uma queda de 28,5%. Sendo assim, a educação reverte a tendência de alta que se apresentava anteriormente, reduzindo sua participação pela primeira vez desde 1987, quando tinha 2,3% na participação dos gastos da família.

Tabela 3.10 - Despesas monetárias e não monetárias com educação, média mensal familiar (% e R\$) - segundo classe de renda – Brasil (2002-2009)

	Educação (%)		Variação (p.p)	Educação (R\$)	
	2002/03	2008/09		2008/09	Proporção (até 2SM=1)
Até 2SM	0,8%	1,0%	0,11	6,83	1,00
2 a 3	1,1%	1,3%	0,19	12,95	1,90
3 a 6	1,6%	1,8%	0,23	29,01	4,25
6 a 10	2,6%	2,9%	0,26	74,66	10,93
10 a 15	4,2%	3,8%	-0,38	145,64	21,32
Mais de 15	6,2%	4,8%	-1,40	338,19	49,52
Total	4,1%	3,1%	-1,01	64,81	9,49

Fonte: IBGE - POF 2002/03-2008/09

Deflator: INPC - Jan03 a Jan09 (1,4257)

Porém, podemos notar aqui que a perda de espaço na participação é causada pelas camadas superiores de renda, que reduzem sua participação e seu gasto monetário com esse componente, rebaixando assim o gasto médio em 24,1%. Nessa categoria observamos a maior discrepância de gastos entre as classes de renda, sendo que o gasto com educação na classe superior supera em 50 vezes o gasto da classe inferior!

Tabela 3.11 - Despesas monetárias e não monetárias com assistência a saúde, média mensal familiar (% e R\$) - segundo classe de renda – Brasil (2002-2009)

	Assistência à saúde (%)		Variação (p.p)	Assistência à saúde (R\$)	
	2002/03	2008/09		2008/09	Proporção (até 2SM=1)
Até 2SM	4,3%	5,9%	1,54	40,80	1,00
2 a 3	5,0%	6,5%	1,53	67,71	1,66
3 a 6	5,4%	6,9%	1,46	109,80	2,69
6 a 10	6,1%	7,0%	0,89	185,51	4,55
10 a 15	6,4%	7,2%	0,76	272,83	6,69
Mais de 15	7,3%	8,0%	0,67	581,80	14,26
Total	6,5%	7,3%	0,77	153,81	3,77

Fonte: IBGE - POF 2002/03-2008/09

Deflator: INPC - Jan03 a Jan09 (1,4257)

Já os gastos em assistência a saúde sofreram um aumento de 12,3% na participação no período. Essa alta se contrapõe a uma significativa queda nesse componente no período anterior (1996-2003), quando perdeu 3,45 pontos percentuais, recuperando assim parte da sua participação. Aqui o diferencial de gastos entre as classes é pronunciado, mas não tanto como alguns casos anteriores.

Tabela 3.12 - Despesas monetárias e não monetárias com vestuário, média mensal familiar (% e R\$) - segundo classe de renda – Brasil (2002-2009)

	Vestuário (%)		Variação (p.p)	Vestuário (R\$)	
	2002/03	2008/09		2008/09	Proporção (até 2SM=1)
Até 2SM	5,6%	5,8%	0,16	40,43	1,00
2 a 3	6,1%	5,7%	-0,45	58,90	1,46
3 a 6	6,4%	6,0%	-0,41	96,64	2,39
6 a 10	6,4%	5,9%	-0,43	155,39	3,84
10 a 15	5,9%	5,3%	-0,62	202,01	5,00
Mais de 15	5,1%	5,0%	-0,16	357,64	8,85
Total	5,7%	5,5%	-0,14	118,22	2,92

Fonte: IBGE - POF 2002/03-2008/09

Deflator: INPC - Jan03 a Jan09 (1,4257)

No movimento contrário, vestuário segue sua tendência de queda observada em estudos anteriores, com sua participação caindo para 4,5% do total de gastos

familiares, uma redução pequena, de 0,18 ponto percentual, mas que mantém a tendência de queda.

Ainda temos outros gastos com menor peso, como “recreação e cultura”, que apresenta uma maior participação nas classes de mais alta renda, como era de se esperar, entretanto, se compararmos esses gastos com o período anterior, a diferença era ainda maior, o que mostra uma convergência do padrão de consumo nessa variável.

Os “serviços pessoais”, que incluem cabeleireiro, manicura, conserto de itens pessoais, foi outra categoria que aumentou sua participação em todas as classes de renda, e principalmente nas classes baixas e intermediária, mais uma vez mostrando uma convergência do padrão de consumo entre as classes.

Enfim, podemos notar pela rápida análise dos dados apresentados nessa seção uma pequena, porém importante, melhora em alguns componentes do dispêndio e do consumo. Há uma queda da parcela da renda familiar comprometida com gastos correntes e consumo, liberando renda para investimentos como a compra de um imóvel. Também temos a convergência de importantes itens do consumo, como alimentação e transporte, mostrando uma melhora no perfil dos gastos das famílias, principalmente as das camadas de renda inferiores.

É importante notar também a reversão de algumas tendências observadas em pesquisas anteriores. Gastos como transporte e saúde, que vinham perdendo participação relativa, crescem na participação dos gastos; no movimento contrário educação perde participação nos gastos, muito provavelmente pelo barateamento do ensino ocorrido nos últimos anos.

Essas mudanças, assim como uma análise mais completa dos resultados será contemplada nas conclusões, todavia, antes de chegarmos às conclusões iremos fazer uma breve análise sobre outros aspectos da vida familiar captadas pela POF.

3.4 – Dificuldades de acesso ao consumo – aspectos subjetivos

A última seção desse capítulo abordará brevemente uma novidade introduzida na POF a partir de 2002/03: a avaliação subjetiva das condições de vida. Vejamos:

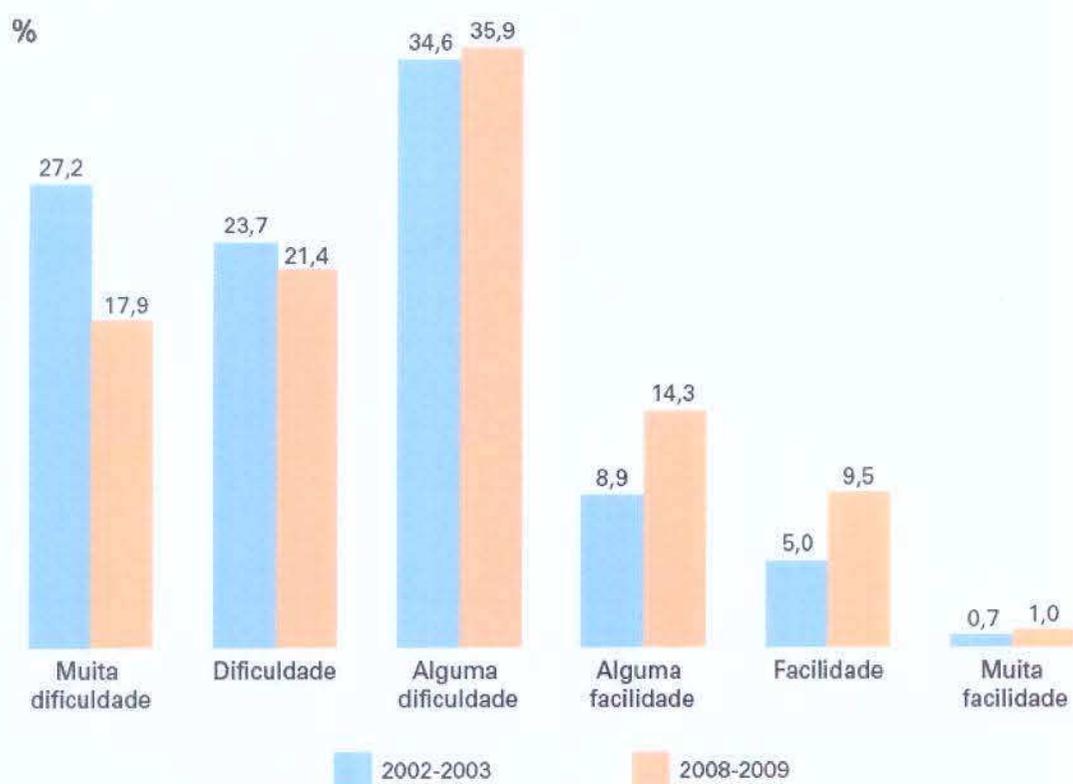
A POF 2008-2009 investigou em um questionário específico, a percepção da população quanto a alguns aspectos referidos à qualidade de vida no que diz respeito às condições de moradia, facilidade para chegar ao final do mês com os rendimentos familiares e a avaliação da suficiência e do tipo do alimento consumido. Esta foi a segunda vez em que esse tema foi pesquisado. A primeira foi através da POF 2002-2003. (POF 2008/09, p.79)

O primeiro indicador que iremos apresentar é a “dificuldade de se chegar ao final do mês com o rendimento monetário familiar”, que tenta medir a suficiência de renda das famílias. O IBGE usa 6 categorias de suficiência da renda, que vão de “muita dificuldade” a “muita facilidade”. No gráfico 3.4 podemos ver a evolução da avaliação das famílias, sendo que as famílias que declaram algum tipo de facilidade para chegar ao final do mês com o rendimento aumentam em quase 10 pontos percentuais, passando de 15% em 2002/03 para 24,8%, o que representa um aumento de 65% nas famílias com suficiência de renda.

Além disso, podemos notar a intensa diminuição da categoria “muita dificuldade”, que representa quase toda a redução na dificuldade. Essa forte baixa é puxada, principalmente, pelos estratos de menor renda que sofrem uma queda da magnitude de 20 pontos percentuais, fruto de uma política de redistribuição de renda, seja pelo salário mínimo, seja por programas assistencialistas.

Entretanto é importante notar que mesmo com a forte queda observada, ainda há 88,1% das famílias com algum grau de dificuldade na classe até 2 salários mínimos (até R\$ 830,00), uma taxa muito alta. E mesmo nas classes intermediárias, como a de 3 a 6 salários mínimos (R\$ 1245,00 a R\$ 2490,00) temos a percepção de alguma dificuldade em 74,6% das famílias.

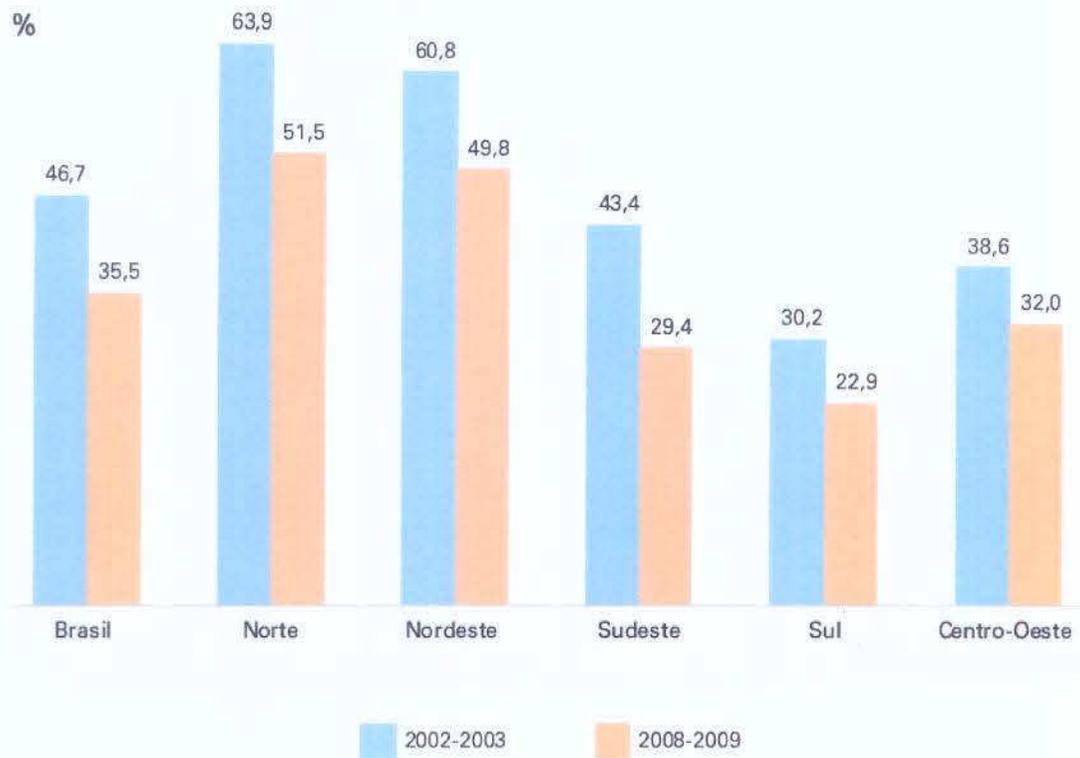
Gráfico 3.4 - Distribuição das famílias, segundo o grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar - Brasil - período 2002/2009



Outro indicador que a POF apresenta é a suficiência alimentar, ou seja, era questionado se a quantidade de alimentos consumida pelas famílias era suficiente ou não. Nessa qualificação temos as respostas distribuídas em 3 categorias: Normalmente insuficiente, às vezes suficiente e sempre suficiente. Novamente aqui temos uma robusta melhora nos indicadores quando comparamos com a POF 2002/03, sendo que as famílias que se referem a algum tipo de insuficiência passam de 46,7% do total para 35,5%, uma queda de 11,2 pontos percentuais, que representa uma melhora de 24%.

No gráfico 3.5, que nos mostra a distribuição de suficiência alimentar por região, podemos notar que as maiores quedas na insuficiência de alimentos acontecem nas regiões sudeste e norte, com quedas de 14 e 12,4 pontos percentuais, respectivamente, seguido pelo nordeste, sul e centro-oeste.

Gráfico 3.5 – Percentual das famílias que referiram insuficiência de quantidade dos alimentos consumidos, segundo as Grandes Regiões - período 2002/2009



Outra investigação que o IBGE repete na POF 2008/09 e relativo à avaliação do tipo de alimento consumido pelas famílias, colocando as respostas em 3 categorias: sempre do tipo preferido, nem sempre do tipo preferido e raramente do tipo preferido. Nesse quesito também há uma melhora significativa, sendo que as famílias que declaram consumir os alimentos sempre do tipo preferido passam de 26,8% em 2002/03 para 35,2% em 2008/09, com respectiva queda nas que declaram pelo menos nem sempre consumir os alimentos do tipo preferido.

Para maiores informações recomendamos a consulta da publicação completa, disponível no site do IBGE, já com a análise preliminar de alguns dados e mais informações sobre a metodologia utilizada.

O importante a ressaltar é que, embora tenha havido aumento da renda e do dispêndio, principalmente nas classes mais baixas, uma parcela expressiva da população brasileira ainda encontra grandes dificuldades para ter acesso ao mundo do consumo contemporâneo. Ainda que tenhamos observado, nos últimos anos, uma melhoria do mercado de trabalho com efeito positivo sobre a

qualidade de vida das famílias, dificilmente poderíamos classificar a sociedade brasileira como uma “sociedade de classe média”. Ao captar a percepção das famílias sobre quesitos fundamentais no seu dia-a-dia, como a suficiência de renda para gastos correntes e para a satisfação alimentar, a POF indica que houve uma melhora significativa desses indicadores no período 2003-2009, mas esclarece que a porcentagem de famílias com carências de consumo é maior do que a porcentagem das famílias abaixo da “linha de pobreza”.

CONCLUSÃO

Nesse estudo, analisamos os padrões de consumo do Brasil. Nosso foco recaiu predominantemente sobre a evolução recente na composição do gasto das famílias e nos diferenciais da estrutura de consumo. Partimos do cenário econômico brasileiro e das tendências do mercado de trabalho para enfatizar a importância do crédito e dos rendimentos do trabalho para entender a expansão e possíveis alterações do padrão de consumo por classe de renda.

Ao longo do século XX, o desenvolvimento do capitalismo no país produziu uma sociedade de consumo bastante desigual. Na primeira década do século XXI, em especial a partir de 2003, quando há a mudança de governo e reordenamento das funções do Estado, tem sido debatida mais ativamente a possibilidade de promoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no País. Num cenário externo favorável, observou-se uma grande melhoria em uma série de indicadores, como a queda do desemprego, aumento da massa salarial e do salário mínimo, aumento do crédito, redução da pobreza e tendência de queda na desigualdade de rendimentos.

Também é importante notar o fortalecimento do mecanismo virtuoso gerado pelo retorno da formalização do emprego e aumento da massa salarial, que aumenta a segurança de quem toma e cede crédito, barateando e alargando esses canais, assim estimulando ainda mais o consumo e melhorando as condições de vida das famílias, ao menos no aspecto do consumo.

Também observamos um pronunciado retorno da mobilidade social, tão característica à sociedade brasileira no período da industrialização. Seguindo nessa trilha, alguns autores falam em surgimento de uma nova classe média e progressiva eliminação das camadas marginais da nossa sociedade. Daí a importância de analisar as mudanças nos padrões de consumo e verificar se continuam expressando profundas divergências.

A desigualdade, vista pela ótica do consumo, pode ajudar, portanto, a qualificar as mudanças recentes na estrutura social brasileira. Conforme foi apontado no

debate entre Marcelo Neri e Waldir Quadros, houve a retomada da mobilidade social, principalmente ascendente, levando um grande número de famílias a sair da situação de pobreza absoluta, subindo para as camadas intermediárias de renda, o que representa uma melhoria nas suas condições de vida.

Para analisar como essas mudanças na estrutura social brasileira modificam os padrões de consumo, utilizamos as pesquisas de orçamento familiar do IBGE. Embora essas pesquisas possam apresentar dificuldades na comparação dos gastos efetivamente realizados pelas famílias, elas constituem uma fonte valiosa para o tipo de estudo realizado.

Houve, de fato, algumas melhoras no perfil de renda e consumo das famílias. Verificamos um significativo aumento dos rendimentos médios nas famílias de baixa renda, assim como uma melhora no perfil dos gastos correntes. Verificou-se uma tendência de redução na parcela da renda familiar comprometida com os itens básicos de consumo, demonstrando um maior “espaço de manobra” para utilização da renda familiar.

Ademais, foram constatados sinais de uma convergência na composição do consumo: ou seja, reduziu-se a diferença no peso do gasto familiar em itens como transporte, assistência à saúde e educação, demonstrando que cada vez mais o perfil de gasto das camadas inferiores se aproxima das superiores. Essa tendência de convergência nos padrões de consumo já era verificada em períodos anteriores. Contudo, continua havendo uma enorme desigualdade entre as classes de renda quando se analisam os gastos médios em cada item de consumo.

Ainda há que se mencionar a expressiva melhora na percepção que as famílias têm em relação à suficiência de renda e alimentar. Apesar de serem indicadores subjetivos, que demonstram apenas a percepção das famílias, provavelmente houve uma melhora nas condições de vida da população.

Enfim, acreditamos que, apesar do Brasil ainda apresentar uma das sociedades com maior desigualdade social e de renda, sendo prematuro falar classificá-la como uma “sociedade de classe média”, temos uma consistente tendência de melhorias nas condições de vida, principalmente para as famílias dos estratos de

menor renda. Portanto, entendemos que as políticas levadas a cabo recentemente estão apontando na direção de uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico e social, e que, se mantidas por um período prolongado, podem de fato levar a uma mudança expressiva em nossa sociedade, nos aproximando cada dia mais de uma autêntica sociedade de classe média.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alexandre Nunes de; FREITAS, Rogério Edivaldo. Renda e despesa familiar no Brasil segundo a pesquisa de orçamentos familiares (POF) 2002-2003. *Texto para Discussão* n. 1235, IPEA, Brasília, novembro de 2006.

ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. O consumo explica. *Carta Capital* edição n. 479. São Paulo, Janeiro de 2008. Disponível em <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?1=155&2=161&sid=81&3=190&inford=3304>>. Acessado: 10/10/2010.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, SANTOS, Anselmo Luís dos, KREIN, José Dari, LEONE, Eugenia, PRONI, Marcelo Weishaupt, MORETTO, Amilton, MAIA, Alexandre Gori, SALAS, Carlos. O trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Working Papers* No. 9, Global Labour University, May 2010. Disponível em: www.global-labour-university.org

CARNEIRO, Ricardo. Padrões de consumo nos anos 1990 (evidências preliminares). *Economia e Sociedade*, n. 17, Campinas, UNICAMP, dezembro de 2001. pp. 141-150.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas: UNICAMP.IE, 2002.

CASTRO, Paulo Furtado de; MAGALHÃES, Luis Carlos G. de. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 1995/1996. *Texto para Discussão* n. 614, IPEA, Brasília, dezembro de 1998.

CAVALCANTI, Simone. Maior formalização é aresta que sustenta PIB. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20/08/2008. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=81&inford=3761&1=161>>. Acesso em 15/11/2010.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Despesas, Rendimentos e Condições de Vida. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Primeiros resultados Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br

IEDI. Emprego, rendimento e dinamismo econômico. *Carta IEDI* n. 295. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=20&1=155&inford=3323&3=162&2=161>>. Acesso: 15/11/2010.

NERI, M.C. Miséria e a nova classe média na década da igualdade. CPS/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008 – www.fgv.br/cps/desigualdade

NERI, Marcelo (Coord.) *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010.

NOVAIS, Luis Fernando. Do “vão da galinha” ao crescimento sustentado: possibilidades e incertezas. In: BIASOTO, G.; NOVAIS, L. F.; FREITAS, M. C. P. (org.) *Panorama das economias internacional e brasileira*. São Paulo: Fundap, 2009. Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Livro-Panorama_das_Economias_Internacional_e_Brasileira/09_Do%20v%C3%B4o%20da%20galinha%20ao%20crescimento%20sustent%C3%A1vel.pdf. Acessado em: 19/11/2010.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915)*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009. (Tese, Doutorado em Economia).

QUADROS, Waldir José de. A evolução recente da estrutura social brasileira. *Texto para Discussão*, n. 148, Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, Nov. 2008a.

QUADROS, Waldir José de. A evolução da estrutura social brasileira – Notas metodológicas. *Texto para Discussão*, n. 147, Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, Nov. 2008b.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. *Pós-modernidade, política e educação: a condição pós-moderna e suas implicações na construção de uma educação pós-moderna crítica*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2003. (Tese, Doutorado em Educação).

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado? Evidências do contexto histórico e internacional. *Texto para Discussão* n. 1339, IPEA, Brasília, maio de 2008.